

Aula 00

MDIC (Analista de Comércio Exterior)

Comércio Internacional

Autor:

**Equipe Comércio Exterior e
Legislação Aduaneira, Felipe
Luccas**

04 de Agosto de 2023

Índice

1) Apresentação	3
2) Políticas Comerciais - Aspectos Gerais	5
3) O protecionismo no âmbito do sistema multilateral de comércio	11
4) Argumentos protecionistas não amparados pela normativa do sistema multilateral de comércio	17
5) Argumentos a favor do liberalismo	20
6) Efeitos econômicos do protecionismo	24
7) Modelos de industrialização	28
8) Barreiras tarifárias e não-tarifárias	37
9) Questões Comentadas - Aspectos gerais - Multibancas	43
10) Questões Comentadas - O protecionismo no âmbito do sistema multilateral de comércio - Multibancas	50
11) Questões Comentadas - Argumentos a favor do liberalismo - Multibancas	55
12) Questões Comentadas - Efeitos econômicos do protecionismo - Multibancas	56
13) Questões Comentadas - Modelos de industrialização - Multibancas	59
14) Questões Comentadas - Barreiras tarifárias e não-tarifárias - Multibancas	71
15) Lista de Questões - Aspectos gerais - Multibancas	80
16) Lista de Questões - O protecionismo no âmbito do sistema multilateral de comércio - Multibancas	83
17) Lista de Questões - Argumentos a favor do liberalismo - Multibancas	86
18) Lista de Questões - Efeitos econômicos do protecionismo - Multibancas	87
19) Lista de Questões - Modelos de industrialização - Multibancas	89
20) Lista de Questões - Barreiras tarifárias e não-tarifárias - Multibancas	94



APRESENTAÇÃO DO CURSO

Olá, amigos do Estratégia Concursos! Esperamos que todos estejam muito bem! É com enorme alegria que damos início ao nosso curso de **Comércio Internacional**. Sejam muito bem-vindos!

Nossa jornada contemplará toda a **abordagem teórica** da disciplina, seguida da **resolução de questões** de provas anteriores, para que a parte prática também não seja negligenciada, de modo que proporcionaremos, aqui, uma preparação eficiente e completa para o concurso público em questão!

Os livros digitais contam com a produção intelectual originária do professor **Ricardo Vale**, e com as atualizações e revisões elaboradas pelo professor **Áulus Warzeé**.

- **Ricardo Vale**: professor e fundador do Estratégia Educacional. Entre 2008-2014, trabalhou como **Analista de Comércio Exterior** (ACE/MDIC), concurso no qual foi aprovado em 3º lugar. Ministra aulas nas disciplinas de Direito Constitucional, Comércio Internacional e Legislação Aduaneira.

- **Áulus Warzeé**: é graduado em direito pela Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo, especialista em direito tributário pela Escola Nacional de Administração Pública, e ocupa, atualmente, o cargo de **Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil**. Para aqueles que tiverem interesse, fica o convite para seguir o **perfil do professor no Instagram (@prof.aulus)**.

Uma dica importante! ;)

Durante o processo de estudo, procure realizar a leitura das aulas em PDF realizando grifos e anotações próprias no material. Isso será fundamental para as **revisões** futuras do conteúdo. Outro detalhe: a resolução de todas as **questões do PDF** deve ser um dos pilares do seu estudo. Elas são essenciais para a fixação do conteúdo teórico.

Por fim, um compromisso! Buscaremos sempre apresentar o livro digital com bastante didática, a fim de que você possa realizar uma leitura de fácil compreensão e assimilação. Tenha a certeza de que traremos, a cada aula, o aprofundamento necessário para a prova, em todos os tópicos fundamentais da matéria.

Com essa estrutura e proposta, você realizará uma **preparação completa**, o que, evidentemente, será fundamental para a sua aprovação. Além do livro digital, vocês terão acesso a videoaulas, mapas mentais, slides e dicas de estudo.



Além disso, todos os cursos aqui do **Estratégia** compreendem, também, o acesso a um **fórum de dúvidas**. Por isso, não hesite em tirar as suas dúvidas, por mais simples que elas pareçam ser. Nossa missão, aqui, é contribuir de todas as formas possíveis na jornada dos senhores rumo à aprovação.

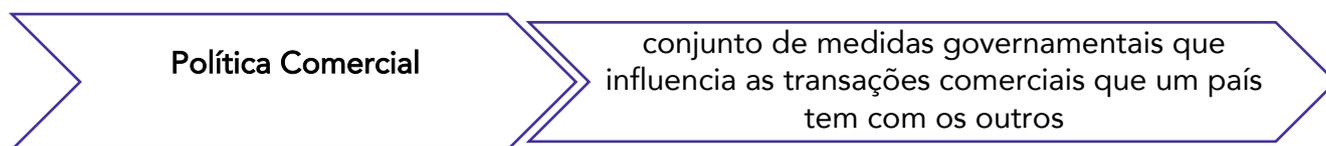
Prontos para começar? Vamos lá, firmes no propósito!



Políticas Comerciais - Aspectos gerais

Começemos nosso assunto com uma série de indagações. O que é **política comercial**? Qual **importância** ela tem para um país? Quais são as **principais políticas** comerciais? O que é uma **política comercial estratégica**?

Bem, a política comercial é, ao lado da política monetária, fiscal e cambial, uma vertente da política macroeconômica conduzida por um governo. Ela determina a forma pela qual um país se relaciona com outros países no que diz respeito ao comércio exterior (exportações e importações). Assim, a política comercial pode ser entendida como um conjunto de medidas governamentais que influenciam as transações comerciais que um país tem com os outros.



A condução da política comercial determina o grau de abertura econômica de um país. Em tempos de globalização, há uma forte tendência de interconexão das economias e de aprofundamento do comércio exterior. Todavia, nem sempre foi assim. Em outras épocas, as práticas protecionistas preponderavam. Se analisarmos a própria História do Brasil, perceberemos o quanto isso é verdade.

Fazendo uma rápida regressão temporal, voltemos à década de 90. O início dessa década representa um ponto de inflexão na mudança da política comercial brasileira, na medida em que se promove a abertura comercial. O governo Collor (1990-1992), logo em seu início, levou a cabo notória mudança no regime de importações brasileiras. Nesse sentido, foram eliminadas diversas restrições ao comércio até então existentes: reduziram-se as alíquotas dos tributos na importação e acabou-se com as chamadas reservas de mercado (proibição às importações), como a existente no setor de informática.

Pois bem, deixando o Brasil de lado, quando falamos em política comercial, temos que nos lembrar automaticamente do protecionismo e do liberalismo, certo?

O protecionismo é uma política comercial que representa a contraposição às ideias liberais apregoadas pelas teorias do comércio internacional. Os protecionistas enxergam o livre comércio como algo perigoso aos interesses nacionais e pregam pela proteção à indústria nacional. Assim, uma **política comercial protecionista** é a que **impõe restrições à livre circulação de mercadorias e serviços**.

Na visão dos protecionistas, a indústria nacional não deve ser exposta à concorrência ou então sairá perdendo, sofrendo graves prejuízos. Se você gosta de acompanhar jornais e revistas, já deve ter percebido o quanto a indústria nacional "chora" pleiteando junto ao governo brasileiro a



adoção de medidas protecionistas. No Brasil, chega-se a argumentar que há um **“risco de desindustrialização”** do País diante da concorrência com os produtos chineses.

Para falar um pouco sobre a história do protecionismo, precisamos voltar à Idade Moderna, quando a política econômica dos Estados era baseada no mercantilismo, que **não foi um sistema aplicado homogeneamente na Europa**. Na verdade, havia vários “estilos” de mercantilismo. Espanha e Portugal tinham como base fundamental a extração das riquezas coloniais; a Inglaterra, por sua vez, buscou desenvolver mais seu comércio exterior de produtos manufaturados.

Podemos dizer que as **principais características do mercantilismo** eram: **i)** protecionismo alfandegário (com o objetivo de obter superávits comerciais); **ii)** atuação ativa do Estado (intervencionismo estatal) e; **iii)** busca de acumulação de ouro e prata (quanto mais ouro e prata um país possuísse em seu território, mais rico ele seria). Os mercantilistas consideravam também que **a existência de uma população numerosa seria benéfica ao país**, uma vez que resultaria em maior disponibilidade do fator de produção “trabalho”.

Os teóricos mercantilistas pregavam **o desenvolvimento econômico por meio do enriquecimento das nações pelo comércio exterior e pela exploração das riquezas coloniais**. Quanto mais um país exportasse e menos importasse, mais riqueza ele teria em seu território. Para isso, os Estados adotavam práticas de protecionismo alfandegário - com a imposição de barreiras tarifárias ao comércio exterior - e medidas que incentivavam a exportação. O objetivo era **umentar o bem-estar nacional por meio da acumulação de ouro e prata**.

Segundo os mercantilistas, quanto mais ouro e prata um país possuísse em seu território, mais caros se tornariam seus produtos, os quais valeriam mais no mercado internacional¹. Assim, esses produtos seriam exportados por preços elevados e, conseqüentemente, entraria ainda mais ouro e prata no território do país. Mas será que isso era verdade?

Não. David Hume contestou essa lógica mercantilista. Para ele, os *superávits* e *déficits* que um país tivesse em sua Balança Comercial seriam automaticamente corrigidos pelas forças do mercado. Era a **Teoria Fluxo-Espécie-Preço**. Vejamos.

Se um país tiver muito ouro e prata em seu território, seus produtos, de fato, se tornam mais caros no mercado internacional. No entanto, como os produtos estão muito caros, a demanda por eles se reduz (Lei da Oferta e da Procura) e, portanto, entra menos ouro e prata no território do país (déficit comercial). Com a entrada de menos ouro e prata em seu território, os preços dos produtos irão se reduzir e, conseqüentemente, aumentará a demanda por eles no mercado internacional. A consequência serão superávits na Balança Comercial e o aumento do ingresso de ouro e prata.

¹ A ideia de que quanto mais ouro e prata um país tiver em seu território mais caros se tornam seus produtos é compatível com a **Teoria Quantitativa da Moeda**, assunto estudado em Economia.



Percebam, caros amigos, que se trata de um mecanismo de **ajuste automático** da Balança Comercial. Assim, para Hume, **não poderia haver uma acumulação infinita de ouro e prata.**

Modernamente, fala-se na existência de um **neomercantilismo**, que é uma política comercial eminentemente protecionista, baseada em estímulos às exportações e imposição de restrições às importações. O objetivo principal dessas políticas é alcançar superávits na Balança Comercial. A característica marcante do neomercantilismo (neoprotecionismo) é a **ampla utilização de barreiras não-tarifárias**, o que nos permite afirmar que se trata de um protecionismo mais “requintado”. É uma **nova forma de protecionismo.**

Voltando ao século XVIII, com o surgimento da Teoria das Vantagens Absolutas de Adam Smith e, em seguida, da Teoria das Vantagens Comparativas de David Ricardo, o protecionismo começou a perder seu espaço. Isso não quer dizer que ele não era empregado nessa época, mas já existia uma nova forma de se pensar o comércio internacional.

Ganha espaço, então, **o livre-cambismo**, que pregava que **os mercados possuem a capacidade de se autorregular** e que um comércio internacional livre de barreiras seria fundamental para o crescimento e desenvolvimento econômico, na medida em que a **livre troca de produtos no mercado internacional** estabelece um cenário de **concorrência perfeita**, promovendo uma **divisão internacional do trabalho** (especialização) e fazendo com que os bens sejam negociados por seus **preços mínimos.**

O livre-cambismo, apregoadado por Adam Smith, defendia, assim, a remoção dos obstáculos legais ao comércio internacional. Nesse cenário, a atuação do Estado deveria limitar-se a promover a manutenção da lei e da ordem.

Todavia, no período entre a Primeira e a Segunda Guerra Mundiais, particularmente a partir da quebra da Bolsa de Nova York em 1929, os países recrudesceram fortemente as práticas protecionistas.

Numa tentativa de combater essa nova onda de protecionismo, em 1947, os países assinaram o GATT (*General Agreement on Tariffs and Trade*) e por meio de sucessivas rodadas de negociação foram progressivamente reduzindo as tarifas aduaneiras incidentes nas importações.

Com essas **progressivas reduções tarifárias e o crescente acesso a mercados**, começa a ganhar expressão uma **nova forma de protecionismo: a utilização de barreiras não-tarifárias.** Se no passado as tarifas eram muito elevadas - impedindo o comércio - e agora elas haviam sido rebaixadas, como proteger as indústrias nacionais? Os países não podiam voltar atrás em relação às suas concessões tarifárias. Logo, eles precisavam proteger sua indústria com o uso de barreiras não-tarifárias.

“Mas, professor, o que são essas barreiras não-tarifárias?”



Não existe uma definição precisa do que sejam barreiras não-tarifárias. O entendimento que vocês precisam ter é o de que barreiras não-tarifárias são todas as **restrições ao comércio internacional que não são impostas por meio de tarifas aduaneiras**. Assim, uma regulamentação técnica (requisitos de segurança para brinquedos, por exemplo) ou uma medida sanitária ou fitossanitária são espécies de barreiras não-tarifárias. Mais à frente, nós falaremos com mais detalhes sobre as barreiras não-tarifárias, combinado?

As barreiras não-tarifárias se transformaram, assim, na “nova cara” do protecionismo, muitas vezes passando a representar obstáculos arbitrários e desnecessários ao comércio internacional. Era preciso, portanto, regulamentá-las. E quem melhor do que uma organização internacional para fazê-lo, certo?

Assim, em **1994** foi criada a **Organização Mundial do Comércio**. Nosso objetivo, pelo menos por agora, não é falar detalhadamente sobre a OMC. O que precisamos saber é que desde sua criação, o protecionismo continuou a decrescer. A partir daquele momento, passou a haver uma organização internacional responsável por administrar o sistema multilateral de comércio, contribuindo para a liberalização do comércio internacional, seja por meio da progressiva redução tarifária, seja por meio de um esforço de regulamentação das barreiras não-tarifárias.

Mas será que podemos dizer que o protecionismo não existe hoje em dia? Não podemos, com certeza! As práticas protecionistas perduram até os dias atuais. Logo, embora possamos dizer que, ao longo do tempo, houve uma progressiva redução do protecionismo, este, de forma alguma, foi eliminado. Destaque-se, ainda, que a **crise financeira de 2008 provocou um recrudescimento das práticas protecionistas**. E um detalhe importante: o protecionismo é adotado tanto por países desenvolvidos quanto por países em desenvolvimento.

Atualmente, o **protecionismo se evidencia principalmente no campo agrícola**, setor econômico bastante protegido, principalmente pelos países desenvolvidos. Como exemplo, cita-se os elevados subsídios concedidos pelos países europeus aos produtos agrícolas. Esse é, inclusive, um **empecilho ao fechamento da Rodada de Doha** – os países desenvolvidos não querem fazer concessões em termos de acesso a mercado no que diz respeito aos produtos agrícolas, enquanto pedem concessões em NAMA (*Non Agricultural Market Access*).

A Rodada de Doha, como já comentamos, ainda não foi encerrada. No entanto, o sistema multilateral de comércio ganhou um fôlego com a realização da Conferência Ministerial de Bali (2013), na qual foi celebrado o primeiro acordo multilateral desde a criação da OMC: o **Acordo de Facilitação de Comércio**. A facilitação de comércio consiste em desburocratizar as operações de comércio exterior e, por isso, está diretamente relacionada à liberalização do comércio internacional.

A dicotomia entre protecionismo e liberalismo é uma das grandes questões da ciência econômica na atualidade. Segundo diversos economistas, **o comércio internacional é considerado o grande motor do desenvolvimento econômico**. Nesse sentido, cresce de importância a política de



comércio exterior adotada por cada país, a qual pode variar desde o protecionismo exacerbado até a ampla liberalização comercial.

A política comercial adotada por um país está, portanto, diretamente relacionada à estratégia de desenvolvimento por ele levada a cabo. Em outras palavras, **a estratégia de desenvolvimento de cada país varia segundo o grau de exposição de sua economia ao mercado internacional.**

Os países que adotam políticas comerciais de orientação liberal são a favor dos esquemas preferenciais (SGP e SGPC) e dos acordos regionais de integração. Por ora, basta sabermos que todos esses acordos (esquemas preferenciais e acordos regionais) se baseiam na redução e até eliminação dos direitos aduaneiros incidentes sobre as operações de comércio exterior e, portanto, estão diretamente, ligados ao liberalismo.



(AFTN – 1998- adaptada) Segundo o mercantilismo, o comércio exterior deve ser estimulado, pois um saldo positivo na balança fornece um estoque de metais preciosos.

Comentários:

Segundo as ideias mercantilistas, quanto mais ouro e prata um país possuir em seu território, mais rico ele será. Uma das formas de acumulação de ouro e prata é por meio da obtenção de saldos comerciais positivos.

Gabarito: certo

(AFTN-1998-adaptada) Segundo o livre-cambismo, é correto afirmar-se que o governo deve se limitar à manutenção da lei e da ordem.

Comentários:

O livre cambismo se baseia na noção de que os mercados são capazes de se autorregularem. Nesse sentido, o governo não deve intervir na economia, atuando somente na manutenção da lei e da ordem.

Gabarito: certo

(AFRFB-2009- adaptada) As políticas comerciais inspiradas pelo neo-mercantilismo privilegiam a obtenção de superávits comerciais notadamente pela via da diversificação dos mercados de exportação para produtos de maior valor agregado.



Comentários:

Os superávits na Balança Comercial defendidos pelo neomercantilismo são conquistados por meio de estímulo às exportações e imposição de restrições às importações (e não pela diversificação dos mercados de exportação).

Gabarito: errado



O protecionismo no âmbito do sistema multilateral de comércio

Em primeiro lugar, eu gostaria de fazer um questionamento. Para que vocês acham que foram criadas regras de comércio internacional?



O sistema multilateral de comércio, hoje administrado pela OMC, foi criado para limitar a adoção de práticas protecionistas. Não é que a OMC (Organização Mundial do Comércio) impeça a adoção desse tipo de prática, mas suas regras são um **fator dissuasório** do protecionismo.

Por ora, basta sabermos que as **regras** do sistema multilateral **inibem** a utilização de **práticas protecionistas**, na medida em que regulamentam como estas podem ser usadas. Desta forma, fica expressamente condenado o uso de medidas protecionistas que se configurem em **práticas arbitrárias** e **discriminatórias** ou ainda em **restrições** veladas ao **comércio internacional**.

“Mas, professor, quando é que a OMC autoriza a utilização de práticas protecionistas?”

Meus amigos, existem várias situações em que a Organização Mundial do Comércio autoriza que sejam adotadas práticas protecionistas. As práticas protecionistas encontram amparo na normativa da OMC quando destinadas à proteção da indústria nascente, promoção da segurança nacional, deslealdade comercial, diante de restrições no Balanço de Pagamentos, diante de um surto de importações ou, ainda, em razão de exceções gerais relacionadas no art. XX do GATT.



Proteção à Indústria Nascente

A **proteção à indústria nascente**, ideia originalmente concebida pelo alemão Friedrich List, está regulamentada pelo art. XVIII do GATT, intitulado “Ajuda do Estado em favor do desenvolvimento econômico”. Vejamos o teor do referido dispositivo:

ARTIGO XVIII- AJUDA DO ESTADO EM FAVOR DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

1. As Partes Contratantes reconhecem que a realização dos objetivos do presente Acordo será facilitada pelo desenvolvimento progressivo de suas economias, em particular nos casos das Partes Contratantes cuja economia não asseguram à população senão um baixo nível de vida e que está nos primeiros estágios de seu desenvolvimento.

2. As Partes Contratantes reconhecem, além disso, que pode ser necessário para as Partes Contratantes previstas no parágrafo primeiro, com o objetivo de executar seus programas e suas políticas de desenvolvimento econômico orientados para a elevação do nível geral de vida de suas populações, tomar medidas de proteção ou outras medidas que afetem as importações e que tais medidas são justificadas na medida em que elas facilitem a obtenção dos objetivos deste Acordo. Elas estimam, em consequência, que estas Partes Contratantes deveriam usufruir facilidades adicionais que as possibilitem:

(a) conservar na estrutura de suas tarifas aduaneiras suficiente flexibilidade para que elas possam fornecer a proteção tarifária necessária à criação de um ramo de produção determinado, e

(b) instituir restrições quantitativas destinadas a proteger o equilíbrio de suas balanças de pagamento de uma maneira que leve plenamente em conta o nível elevado e permanente da procura de importação suscetível de ser criada pela realização de seus programas de desenvolvimento econômico.

Percebam, meus amigos, que a normativa da OMC é bem restritiva em relação aos países que podem utilizar esse mecanismo protecionista. Segundo o dispositivo supracitado, somente podem invocar a proteção à indústria nascente como argumento para adotar medidas que afetem as importações (como tarifas ou quotas de importação, por exemplo) aqueles países cujas economias estejam nos primeiros “**estágios de desenvolvimento**”.

Assim, pela normativa da OMC, não é qualquer país que poderá alegar a proteção à indústria nascente como argumento para a política protecionista. Não pensem que o Brasil, por exemplo, conseguiria fazê-lo! Esse instrumento é para países como Haiti, Somália, etc.

Destaque-se que também não poderá ser concedida à indústria nacional proteção por tempo indeterminado com fundamento no art. XVIII do GATT. Tal proteção é **temporária**, limitada ao tempo necessário para que a indústria possa sair dos primeiros estágios de desenvolvimento e enfrentar a concorrência internacional.



O fundamento teórico para a proteção à indústria nascente são as ideias de Friedrich List. Segundo ele, é complicado que a indústria nacional possa se desenvolver caso o mercado esteja dominado por empresas estrangeiras oriundas de países economicamente mais desenvolvidos. Assim, para que a indústria nacional possa se desenvolver e, a médio prazo, concorrer com as indústrias estrangeiras, faz-se mister a adoção de um **“protecionismo educador”**.

De acordo com List, o livre comércio não seria bom, portanto, para todos os países, mas somente para aqueles que tivessem uma economia mais madura. Assim, somente países que se encontrassem no mesmo estágio de desenvolvimento poderiam comercializar produtos entre si.

O princípio do **“aprender fazendo”** (learning by doing) permite justificar a proteção à indústria nascente. Isso quer dizer que uma indústria protegida durante seus primeiros estágios de desenvolvimento consegue desenvolver-se tecnologicamente e, ao acumular conhecimento e experiência, passa a gozar dos benefícios das economias de escala.

O argumento da proteção à indústria nascente, embora tenha muita lógica, tem algumas premissas questionáveis. Segundo Krugman¹, para justificar o argumento da indústria nascente, é necessário ir além do ponto de vista plausível, ainda que questionável, de que os setores sempre precisam ser protegidos quando novos. Nesse sentido, a **teoria econômica** defende que a **proteção à indústria** nascente se justifica somente diante de **falhas de mercado**, como as imperfeições do mercado de capitais.

Apesar das controvérsias em torno do argumento da indústria nascente, três das maiores economias mundiais (EUA, Alemanha e Japão) promoveram seu desenvolvimento econômico com base nessa ideia. Assim, no início de seu desenvolvimento industrial, estes países fecharam “as portas” do comércio exterior.

Segundo alguns economistas, a **existência de falhas de mercado** (mercado financeiro ineficiente, por exemplo) é um argumento para a utilização de práticas protecionistas (tarifas e subsídios) que tenham como objetivo proteger a indústria nascente. Mais à frente, nos aprofundaremos sobre as falhas de mercado.



¹ KRUGMAN, Paul; OBSTFELD, Maurice. Economia Internacional: teoria e política. 8ª edição, São Paulo: Pearson Prentice Hall. 2010

As falhas de mercado são consideradas pela **doutrina econômica** um argumento legítimo para a adoção de práticas protecionistas.

No entanto, a **OMC** não considera este um **argumento legítimo** para o protecionismo.

Promoção da Segurança Nacional

A **promoção da segurança nacional** está definida no art. XXI do GATT, dispositivo transcrito a seguir:

ARTIGO XXI- EXCEÇÕES RELATIVAS À SEGURANÇA

Nenhuma disposição do presente Acordo será interpretada:

(a) como impondo a uma Parte Contratante a obrigação de fornecer informações cuja divulgação seja, a seu critério, contrária aos interesses essenciais de sua segurança;

(b) ou como impedindo uma Parte Contratante de tomar todas as medidas que achar necessárias à proteção dos interesses essenciais de sua segurança:

(i) relacionando-se às matérias desintegráveis ou às matérias primas que servem à sua fabricação;

(ii) relacionando-se ao tráfico de armas, munições e material de guerra e a todo o comércio de outros artigos e materiais destinados direta ou indiretamente a assegurar o aprovisionamento das forças armadas;

(iii) aplicadas em tempo de guerra ou em caso de grave tensão internacional;

(c) ou como impedindo uma Parte Contratante de tomar medidas destinadas ao cumprimento de suas obrigações em virtude da Carta das Nações Unidas, a fim de manter a paz e a segurança internacionais.

Com base nesse dispositivo, alguns teóricos protecionistas justificam a proteção a certas indústrias, como por exemplo a indústria bélica, a indústria energética ou mesmo a indústria de alimentos. Segundo esses doutrinadores, se determinado país entra em um conflito armado, precisará contar com uma indústria bélica eficiente para poder lhe fornecer os armamentos de que necessita, não sendo possível depender de nenhum fornecedor estrangeiro em uma situação dessa natureza.

Em relação à proteção à indústria de alimentos, muitos países a justificam por considerá-la uma atividade estratégica, com o argumento de que sua população não pode ficar dependendo do fornecimento de alimentos por outro país. Há algum tempo, os Estados Unidos se utilizaram do argumento da segurança nacional para impor restrições à exportação de alimentos e commodities agrícolas para seu território. Alegavam como fundamento o receio do bioterrorismo.



Deslealdade Comercial

A **deslealdade comercial** é outro argumento que pode ser utilizado para a adoção de **práticas protecionistas**, estando definida no art. VI do GATT. Por enquanto, basta sabermos que, para combater práticas desleais de comércio, como o dumping ou o subsídio, admite-se que sejam adotados mecanismos protecionistas, notadamente via medidas antidumping e compensatórias.

Restrições no Balanço de Pagamentos

Políticas protecionistas também podem ser usadas quando um país estiver sofrendo **restrições** em seu **Balanço de Pagamentos**. Essa possibilidade está definida no art. XII do GATT, que estabelece que uma Parte Contratante poderá, com o fim de resguardar sua posição financeira exterior e equilibrar o seu Balanço de Pagamentos, restringir o volume ou o valor das mercadorias permitidas para importar. Essas restrições deverão, no entanto, ser impostas **na medida do necessário** para afastar a ameaça iminente de diminuição relevante de suas reservas monetárias ou deter tal diminuição ou ainda para aumentar suas reservas monetárias no caso de estas serem muito exíguas, considerando uma taxa razoável de crescimento.

Diante da crise financeira internacional de 2008, alguns países alegaram restrições em seu Balanço de Pagamentos para adotarem medidas protecionistas. Foi o caso, por exemplo, do Equador, que adotou salvaguardas comerciais para se proteger diante do desequilíbrio de suas contas externas.

Surto de Importações

Um **surto de importações** também pode exigir uma política comercial protecionista, estando prevista essa possibilidade no art. XIX do GATT. Por enquanto, basta sabermos que, diante de um surto de importações que cause ou ameace causar dano à indústria nacional, é possível que sejam adotadas salvaguardas comerciais. Essa medida tem como objetivo fornecer uma proteção temporária à indústria nacional, de forma que esta possa ganhar fôlego por um instante.

Exceções Gerais

O art. XX do GATT relaciona, ainda, várias situações em que se admite a adoção de práticas protecionistas. Dentre as mais importantes, citamos: **i)** medidas necessárias à proteção da **saúde** e da **vida** das **pessoas** e dos **animais** e à **preservação** dos **vegetais** (é o que dá embasamento para a aplicação de medidas sanitárias e fitossanitárias e regulamentações técnicas); **ii)** medidas relativas à conservação dos **recursos naturais esgotáveis**, se tais medidas forem aplicadas conjuntamente com restrições à produção ou ao consumo nacionais; **iii)** medidas necessárias à proteção da **moralidade pública**.



(AFRF-2002.2) Com relação às práticas protecionistas, tal como observadas nas últimas cinco décadas, é correto afirmar-se que encontram amparo na normativa da Organização Mundial do Comércio (OMC), quando justificadas pela necessidade de corrigir falhas de mercado, proteger indústrias nascentes, responder a práticas desleais de comércio e corrigir desequilíbrios comerciais.

Comentários:

Conforme a questão afirma, a normativa multilateral dá respaldo à imposição de práticas protecionistas como forma de proteger a indústria nascente e combater práticas desleais de comércio. No entanto, a OMC não ampara o protecionismo para fins de correção de “falhas de mercado”, tampouco para corrigir desequilíbrios na Balança Comercial (admite-se o protecionismo para corrigir desequilíbrios no Balanço de Pagamentos!).

Gabarito: Errado

(AFTN – 1998 – adaptada) Segundo a lógica protecionista, as indústrias-chave da defesa nacional devem ser protegidas para evitar a ação de fornecedores estrangeiros.

Comentários:

A promoção da segurança nacional é um argumento protecionista, previsto, inclusive, no art. XXI do GATT.

Gabarito: Correto

(AFTN – 1998- adaptada) Segundo a lógica protecionista, é preciso manter as indústrias de um país em um nível tal que possam atender à demanda em caso de corte de fornecimento externo devido a uma guerra.

Comentários:

A promoção da segurança nacional é um argumento protecionista que se baseia na ideia de que, diante de uma guerra, um país não pode ficar dependente do fornecimento de bens estrangeiros. Ao contrário, o país precisa estar preparado para se manter mesmo diante de um corte de fornecimento externo.

Gabarito: Correto



Argumentos protecionistas não amparados pela normativa do sistema multilateral de comércio

Nós acabamos de falar sobre os argumentos protecionistas que estão amparados pela normativa da OMC. Mas será que existem argumentos utilizados pelos teóricos protecionistas que não estão respaldados pela normativa multilateral?

A resposta é positiva! Existem ideias protecionistas não amparadas pela OMC que afirmam que o livre comércio pode gerar desemprego ou, ainda, que os países em desenvolvimento devem se industrializar a qualquer custo.

Desemprego Urbano

Um dos argumentos mais fortes a favor do protecionismo é o de que, se a indústria nacional for exposta à concorrência, ela poderá sofrer prejuízos de tal ordem que ela seja levada a **demitir trabalhadores**. Esse argumento é bastante utilizado pela indústria como forma de fazer pressão sobre o governo. É como se ela ficasse dizendo: "Governo, ou você me protege ou haverá demissões"!

De fato, esse argumento é, à primeira vista, bastante plausível. A lógica é a de que se o Governo impõe barreiras às importações, há estímulo à produção doméstica e, conseqüentemente, demanda por mão-de-obra.

Cabe ressaltar, todavia, que a literatura econômica aponta **algumas controvérsias** quanto a esse ponto de vista. Uma das principais teses nesse sentido é a de que, quando o governo impõe barreiras às importações, ele estimula o setor industrial urbano e, com isso, há migração em massa do campo para a cidade. Ocorre que essa migração é tão intensa que não há emprego pra todo mundo na cidade. Com isso, o efeito das barreiras à importação torna-se exatamente o inverso do esperado: elas acabam gerando desemprego.

É importante destacar, ainda, que há várias importações que, notoriamente, promovem a utilização de mão-de-obra nacional. É o caso, por exemplo, da importação de insumos ou de bens de capital para mobiliar novas fábricas.

Falhas de Mercado

Muitos economistas de índole protecionista defendem as barreiras às importações tendo como argumento a existência de **falhas de mercado**. Mas o que são falhas de mercado?

As falhas de mercado podem ser de vários tipos, variando desde imperfeições no mercado de trabalho até a ineficiência do mercado de capitais. Pode ser que o **sistema financeiro** de um Estado não permita a alocação eficiente de recursos; ou então, a **mão-de-obra** utilizada em um



determinado setor é tão especializada que estaria desempregada em outro setor; ou ainda, as **empresas inovadoras** não conseguem auferir os lucros das suas inovações. ¹ Em todos esses casos, pode-se identificar mercados que não estão em equilíbrio.

Segundo parte da literatura econômica, quando existirem falhas de mercado, os benefícios do livre comércio não serão adequadamente quantificáveis. Além disso, a produção industrial gera benefícios que não são captados pela análise convencional. Há, por exemplo, a possibilidade de que a produção de um determinado bem aperfeiçoe a tecnologia de toda a economia. Dessa forma, quando ocorrem falhas de mercado, uma tarifa poderá **aumentar** o nível de **bem-estar no interior** do país.

Por outro lado, cabe destacar que **teóricos liberais** argumentam que as falhas de mercado devem ser corrigidas por outras políticas domésticas que **não comerciais**.² Nesse sentido, a opção pelo protecionismo tarifário seria apenas a **"segunda melhor"** opção (teoria do segundo melhor).

Exemplificando, suponha que o mercado de trabalho de um determinado país está em desequilíbrio, impedindo o pleno emprego. Nesse caso, o ideal seria uma política econômica direcionada para flexibilizar as relações trabalhistas, tornando menos gravosos os encargos patronais. Todavia, essa pode não ser uma solução politicamente aceitável, já que os trabalhadores fazem parte de sindicatos com poder de pressão. A política comercial intervencionista (protecionista) surge, então, como uma **"segunda melhor"** opção para solucionar o problema.

Redução do Diferencial de Salários

Alguns defensores de políticas protecionistas argumentam que as barreiras às importações são úteis para a redução do diferencial de salários entre os trabalhadores urbanos e os trabalhadores rurais. Esse argumento pressupõe a existência de uma economia dual, em que há dois setores bem definidos: o campo e a cidade.

Nesse cenário, os trabalhadores urbanos recebem salários muito superiores aos salários dos trabalhadores rurais e, portanto, possuem melhor qualidade de vida. Com a proteção à indústria doméstica, haveria estímulo ao setor industrial, que necessitaria de mais mão-de-obra.

A demanda por mão-de-obra promoveria fluxos migratórios do campo para a cidade e, conseqüentemente, haveria um aumento do número de trabalhadores urbanos. Esses novos

¹ KRUGMAN, Paul; OBSTFELD, Maurice. Economia Internacional: teoria e política. 8ª edição, São Paulo: Pearson Prentice Hall. 2010

² KRUGMAN, Paul; OBSTFELD, Maurice. Economia Internacional: teoria e política. 8ª edição, São Paulo: Pearson Prentice Hall. 2010.



trabalhadores urbanos passariam, assim, a receber salários mais elevados ao que faziam jus no campo. Da mesma forma, por haver menor número de trabalhadores rurais (pouca oferta de mão-de-obra rural), estes seriam mais valorizados e, conseqüentemente, receberiam maiores salários.



(Questão Inédita - 2022) A adoção de práticas protecionistas com o objetivo de combater o desemprego urbano pode acabar gerando mais desemprego como resultado, tendo em vista o incentivo à migração em massa do campo para a cidade.

Comentários:

Quando o governo impõe barreiras às importações, ele estimula o setor industrial urbano e, com isso, há migração em massa do campo para a cidade. Ocorre, porém, que a migração pode ser tão intensa que não haja emprego para todo mundo na cidade. Com isso, o efeito das barreiras à importação torna-se exatamente o inverso do esperado: elas acabam gerando desemprego.

Gabarito: Correto



Argumentos a favor do liberalismo

Segundo as teorias do comércio internacional, o liberalismo é capaz de proporcionar melhor eficiência alocativa dos **fatores de produção**. Isso quer dizer que, cada país se especializando na produção de bens em que possua maior eficiência, a sociedade como um todo sai ganhando.

À medida em que as trocas comerciais são feitas de forma livre, é possível perceber que há **maior oferta** de bens no território nacional. Afinal de contas, não está à disposição dos consumidores somente aquilo que é produzido localmente, mas também o que é produzido no mercado internacional. Com a redução das barreiras comerciais, esses produtos têm o acesso facilitado ao mercado nacional. Daí dizermos que há um aumento de oferta!

E qual a consequência do aumento da oferta de bens no território nacional? Bom, pela lei da oferta e da procura, é fácil concluirmos que o aumento da oferta irá implicar a **redução dos preços**. Do ponto de vista do consumidor, isso é ótimo, já que com preços mais baixos, há um aumento do seu poder de compra ou, em outras palavras, um aumento do salário real. Além disso, a diversidade de opções de consumo é maior do que a existente em uma economia fechada. Dessa forma, o liberalismo leva a uma situação de **maior satisfação do consumidor**.

O efeito de redução dos preços que o livre comércio induz é também um fator de **estabilização dos preços internos**, isto é, de controle da inflação. Não há como um produtor nacional estabelecer um preço elevado para seu produto, já que ele concorrerá com fornecedores estrangeiros. Enquanto em uma economia fechada o preço é formado em função dos custos produtivos, em uma economia aberta o preço é estabelecido em função do preço dos concorrentes.

A liberalização do comércio é também responsável pelo **aumento da competitividade da indústria nacional**, ou seja, pelo aumento de sua eficiência. Com o livre comércio, a indústria nacional fica exposta à concorrência, o que a leva ao aperfeiçoamento de processos, inovação, adoção de novas técnicas, desenvolvimento tecnológico e aperfeiçoamento do produto.

Além dos ganhos de eficiência, a especialização leva a **economias de escala**, aumentando a produtividade e reduzindo custos. Segundo Amaury Gremaud¹, os ganhos de escala são os provenientes do ajuste tecnológico das empresas em direção a volumes de produção com custos unitários inferiores.

De fato, o **aumento do mercado consumidor** tem como efeito o aumento da produção, o que proporciona ganhos de escala, na medida em que os custos fixos se diluem mais a cada nova

¹ GREMAUD, Amaury; VASCONCELLOS, Marco Antônio Sandoval de; JÚNIOR, Rudinei Toneto. Economia Brasileira Contemporânea. São Paulo: Editora Atlas S.A, 2009.



unidade produzida. Com o crescimento do mercado consumidor, há, também, um aumento da **relevância** das **exportações** para a formação do **Produto Interno** dos países (lembrando que PIB = Consumo + Investimentos + Gastos do Governo + Exportações – Importações).

Outro efeito do livre comércio é o **aumento** da **remuneração** do fator de produção abundante no território nacional, o que está definido pelo **Teorema Hecksher-Ohlin-Samuelson**.²

É fundamental que compreendamos todos esses efeitos econômicos positivos do liberalismo. Todavia, será que o liberalismo não possui pontos negativos? Os **defensores do protecionismo** afirmam que o liberalismo possui vários problemas, os quais enumeramos a seguir:



1) A divisão internacional da produção pode levar a uma situação de **dependência externa**. Diante de uma guerra ou de uma crise financeira, isso pode trazer problemas. Exemplo interessante nos dá Jaime de Mariz Maia³! Segundo esse autor, a crise financeira de 1929 trouxe gravíssimos prejuízos ao Brasil, principalmente pelo fato de sua economia ser toda baseada na monocultura do café. Como o café é um produto de sobremesa, diante de uma crise, ele é um dos primeiros a ter o consumo diminuído. Logo, nessa situação, a especialização brasileira na produção de café foi um fator prejudicial à sua economia.

2) O liberalismo pode causar **desemprego** no **curto prazo**. Nos anos 90, a abertura comercial brasileira foi feita de forma muito abrupta, sem dar tempo para que a indústria nacional pudesse se preparar para enfrentar a concorrência estrangeira. Consequência: vários setores industriais saíram prejudicados, muitas empresas encerraram as atividades e houve desemprego. Ressalte-se que o desemprego causado pela abertura comercial é de curto prazo, já que no longo prazo há uma realocação dos fatores de produção, inclusive da mão-de-obra.

² O Teorema Hecksher-Ohlin-Samuelson explica que o livre comércio produz efeitos sobre a distribuição de renda em uma economia. Como decorrência do livre comércio, há aumento da remuneração do fator de produção abundante e redução da remuneração do fator de produção escasso. É importante saber que o comércio internacional influencia na distribuição de renda em uma economia.

³ MAIA, Jaime de Mariz. Economia Internacional e Comércio Exterior. São Paulo: Atlas, 2008.





(AFRF – 2002.2) Entre os fatores que explicam o efeito positivo do comércio sobre o crescimento destacam-se a melhor eficiência alocativa propiciada pelas trocas internacionais; a substituição de importações; e a conseqüente geração de superávits comerciais.

Comentários:

De fato, as diversas teorias do comércio internacional apregoam que o livre comércio permite a maior eficiência alocativa dos fatores de produção, que nada mais é do que a especialização de cada país na produção de bens em que possua vantagem comparativa.

O equívoco da questão está em dizer que são benefícios do livre comércio a substituição de importações e a geração de superávits comerciais. Substituição de importações está ligada ao protecionismo (e não ao livre comércio!).

Gabarito: Errado

(AFRF – 2002.2) Entre os fatores que explicam o efeito positivo do comércio sobre o crescimento destacam-se a crescente importância das exportações para o Produto Interno dos países; a importância das importações para o aumento da competitividade; e o melhor aproveitamento de economias de escala.

Comentários:

As exportações são importantes para o PIB dos países? Sim. O PIB é igual ao Consumo + Investimentos + Gastos do Governo + Exportações – Importações.

As importações são importantes para o aumento da competitividade? Sim. Se a indústria nacional é exposta à concorrência, ela necessitará desenvolver-se tecnologicamente, aumentando sua competitividade.

O livre comércio permite o melhor aproveitamento das economias de escala? Sim. O livre comércio dá ensejo à existência de mercados consumidores maiores e, ainda, leva à especialização, fatores que contribuem para as economias de escala.

Gabarito: Correto



Efeitos econômicos do protecionismo

O Prof. Welber Barral, de forma bem descontraída, afirma que o discurso a favor do livre comércio pode ser comparado com a evocação da ida para o plano divino: todos estão a favor, mas o mais tarde possível! ¹

De fato, a teoria econômica tem identificado inúmeros argumentos a favor do livre comércio. No entanto, apesar disso, os governos continuam adotando políticas protecionistas, as quais, segundo a visão de inúmeros economistas, geram prejuízos superiores aos lucros.

Mas por que isso ocorre? Afinal, quais são os efeitos econômicos do protecionismo?

A resposta a essa pergunta não é simples. Existem fortes argumentos contra e a favor do protecionismo, os quais iremos analisar. Antes, porém, é preciso destacar que os efeitos do protecionismo são **variáveis**, dependendo de diferentes fatores.²

O primeiro fator a ser considerado é o **tamanho** do mercado afetado. Se um país grande, com amplo mercado consumidor, impuser uma tarifa sobre a importação de um determinado produto, tal medida poderá afetar o preço mundial desse produto. Isso porque, quando um país grande impõe uma tarifa e dificulta a importação de um determinado produto, um excedente considerável ficará disponível no mercado internacional. A oferta do produto se tornará elevada e, com isso, seu preço irá diminuir.

Do ponto de vista do país grande, a imposição de barreiras à importação pode se tornar uma **estratégia viável**, pois melhora seus termos de troca (argumento dos termos de troca a favor das tarifas).³ Krugman afirma que essa tese é intelectualmente perfeita, mas de utilidade duvidosa. Segundo o autor, os Estados Unidos poderiam utilizar essa política até certo ponto, mas ela provavelmente traria a retaliação de outros países grandes. ⁴

¹ BARRAL, Welber; BROGINI, Gilvan. Manual Prático de Defesa Comercial. São Paulo: Aduaneiras, 2007

² BARRAL, Welber; BROGINI, Gilvan. Manual Prático de Defesa Comercial. São Paulo: Aduaneiras, 2007.

³ Termo de troca é a relação entre o preço das exportações e o preço das importações. Assim, teríamos que Termos de Troca = Preço das Exportações / Preço das Importações. A imposição de uma tarifa por um país grande, ao reduzir o preço internacional de um produto, reduz o denominador da expressão. Conseqüentemente, os termos de troca aumentam.

⁴ KRUGMAN, Paul; OBSTFELD, Maurice. Economia Internacional: teoria e política. 8ª edição, São Paulo: Pearson Prentice Hall. 2010



Outro fator que influencia nos efeitos econômicos do protecionismo é a **competitividade** estrutural do país protegido⁵. Se um país não possui estruturas produtivas eficientes, nenhuma barreira comercial será suficiente para garantir, mesmo no longo prazo, o desenvolvimento da competitividade da indústria protegida. Nesse caso, o governo acaba por sustentar a ineficiência da indústria nacional. Por outro lado, caso o país possua destacado potencial para o desenvolvimento de uma determinada indústria, mas, em função de economias de escala oriundas do pioneirismo de outro país, não conseguir entrar no mercado, a proteção poderá valer a pena.

A **elasticidade da demanda** pelo produto afetado também é um fator determinante nos efeitos do protecionismo. Um produto que possua demanda inelástica (demanda pouco suscetível a variações no preço) não será afetado por barreiras comerciais de pequeno custo. Nesse sentido, uma tarifa ótima dependerá das características de cada produto.⁶

Deixemos agora de lado todas essas variáveis! Vamos estudar uma visão mais objetiva do protecionismo. Ao contrário do liberalismo, no protecionismo a política comercial é conduzida de forma a dificultar as trocas internacionais, seja por meio da utilização de barreiras tarifárias ou não-tarifárias.

Dessa forma, há uma **diminuição da oferta** de produtos no território nacional, já que ela estará limitada aos bens produzidos localmente. Com a diminuição da oferta, há um **aumento dos preços** e, conseqüentemente, uma **redução o poder aquisitivo** dos consumidores. Ainda do ponto de vista dos consumidores, vale ressaltar que há uma diminuição das opções de consumo, o que, em uma primeira análise, acarreta também uma **redução de satisfação**.

Com a indústria nacional protegida, esta fica isolada da concorrência internacional, ficando literalmente "acomodada". Como não há concorrência, não há necessidade de que a indústria nacional melhore seu produto. Assim, não há incentivos ao **desenvolvimento tecnológico** e **aperfeiçoamento** de processos e métodos de produção. A consequência disso é que a indústria nacional vai aos poucos tornando-se obsoleta. Com efeito, um dos maiores riscos da adoção de práticas protecionistas é a formação de reservas de mercado e de monopólios, ambos prejudiciais ao consumidor e à economia de um país.

O protecionismo tem, também, como efeito, o **aumento** da remuneração do **fator de produção** intensivo no bem protegido (conforme afirma o Teorema Stolper-Samuelson). Nesse sentido, a imposição de tarifas sobre a importação de produtos têxteis (produto intensivo em trabalho), por exemplo, terá como efeito o aumento dos salários dos trabalhadores (remuneração do fator de produção trabalho). Esse aumento dos salários ocorre em razão da maior demanda por mão-de-

⁵ BARRAL, Welber; BROGINI, Gilvan. Manual Prático de Defesa Comercial. São Paulo: Aduaneiras, 2007

⁶ BARRAL, Welber; BROGINI, Gilvan. Manual Prático de Defesa Comercial. São Paulo: Aduaneiras, 2007



obra, uma vez que a indústria doméstica precisará de mais trabalhadores para atender a todo o mercado doméstico, antes compartilhado com as importações.

Assim, a renda dos produtores domésticos beneficiados com a proteção aumenta, é dizer, há incremento da **renda dos detentores** do fator de produção intensivo no bem protegido. Destaque-se, adicionalmente, que uma tarifa protecionista leva também ao **aumento da renda do governo**, que se beneficia com a arrecadação dos direitos aduaneiros.

As tarifas têm como efeito, ainda, o **aumento** do **preço** do **bem** no país **importador** e a **redução** do **preço** desse bem no país **exportador**. No país importador, a imposição de tarifas levará à redução da oferta de bens e, portanto, à elevação dos preços internos (como já vimos). Já no país exportador, os preços internos irão diminuir em razão da elevação da oferta de produtos, os quais terão se acumulado por não terem obtido acesso ao mercado do país importador.

Em mercados protegidos, como há menor concorrência e maiores lucros, verifica-se, ainda, um estímulo à **produção nacional**, o que favorece a criação de **empresas nacionais**. Essa condição incentiva a **concorrência interna**, e tende a aumentar o nível de **atividade** e de **emprego** (e, portanto, de **renda** do país). Nessa toada, defende-se que o protecionismo proporciona um incremento na utilização dos fatores de produção, diminuindo, assim, **eventual capacidade ociosa** da economia⁷.

Entretanto, segundo Paul Krugman⁸, um dos ganhos do livre comércio são as economias de escala. Com o aumento do **número de empresas** em um **mercado restrito**, cada uma irá produzir em escala ineficiente, pelo que, nessa situação, ocorrem **deseconomias** de **escala**.



(AFTN – 1998 – adaptada) Segundo a lógica protecionista, a adoção de tarifas favorece a criação de empresas nacionais.

Comentários:

⁷ Quando os fatores de produção de uma economia não estão sendo plenamente empregados, diz-se que esta possui capacidade ociosa.

⁸ KRUGMAN, Paul; OBSTFELD, Maurice. Economia Internacional: teoria e política. 8ª edição, São Paulo: Pearson Prentice Hall. 2010



Segundo os protecionistas, a imposição de tarifas sobre produtos importados é fator que estimula a produção nacional e, conseqüentemente, favorece a criação de empresas nacionais.

Gabarito: Correto

(AFTN – 1998 – adaptada) Segundo a lógica protecionista, quando há capacidade ociosa, as tarifas contribuem para aumentar o nível de atividade e de emprego, e, portanto, de renda de um dado país.

Comentários:

Antes de qualquer coisa, o que vem a ser capacidade ociosa da economia? Simples! Se os fatores de produção de uma economia não estão sendo plenamente empregados, diz-se que esta possui capacidade ociosa.

E por que os fatores de produção estão ociosos?

Uma explicação é a de que a demanda pelos bens finais está reduzida ou, ainda, que a demanda tem sido atendida por bens estrangeiros. Nesse último caso, segundo os protecionistas, a imposição de barreiras comerciais (tarifas) será capaz de aumentar o nível de atividade da economia, utilizando a capacidade até então ociosa.

Com o aumento do nível de atividade da economia, ocorre geração de emprego e, conseqüentemente, aumento da renda da economia.

Gabarito: Correto



Modelos de Industrialização

Industrialização por Substituição de Importações

Para tratar da substituição de importações (teoria do desenvolvimento), precisamos falar sobre as teorias estruturalistas desenvolvidas no âmbito da CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina), foro no qual Raúl Prébisch começou a difundir suas ideias.

Raúl Prébisch chegou à conclusão de que a liberalização comercial não é tão benéfica aos países em desenvolvimento quanto para os países desenvolvidos. Segundo Prébisch, os primeiros possuíam uma desvantagem relativa nas trocas internacionais. A razão disso seria o fenômeno da **"deterioração dos termos de troca"**.

"Professor, o que vem a ser deterioração dos termos de troca!?"

Excelente pergunta! Quando se fala em **"termos de troca"**, a referência que se faz é à relação existente entre os preços dos produtos das exportações e das importações de um país. Se os bens exportados por um país valerem cada vez mais no mercado internacional frente aos bens importados, isso será positivo para esse país do ponto de vista dos ganhos na balança comercial. Por outro lado, se o preço relativo dos bens exportados decair com o passar do tempo, isso será negativo do ponto de vista dos ganhos do comércio. Entendido até aqui? Vamos continuar, então.

A deterioração dos termos de troca é um fenômeno que Raúl Prébisch pôde observar ao comparar o ritmo de crescimento dos preços dos bens industrializados e dos bens primários. Ao analisar a evolução desses preços ao longo do tempo, Prébisch verificou que os bens primários valem cada vez menos no mercado internacional se comparados aos bens industrializados.

Visualizar a deterioração dos termos de troca é algo bem fácil! Imagine que hoje eu consiga comprar 10 computadores (bem industrializado) vendendo 1000 kg de soja (bem primário). Passados alguns anos, para que eu possa comprar os mesmos 10 computadores, será necessário vender 1500 kg de soja. E por quê? Justamente porque os bens primários vão valendo cada vez menos, relativamente. Ao longo do tempo, os bens industrializados sofrem valorização muito mais acentuada. Ou seja, os termos de troca dos países que exportam bens primários vão se deteriorando. Ok?

Mas por que será que os bens primários vão valendo cada vez menos, relativamente?

Para explicar isso, temos que entrar na seara da economia. Os termos de troca se deterioram em virtude da diferença na elasticidade-renda da demanda dos **bens primários** e dos **bens**



industrializados.¹ Os bens primários, que são exportados pelos países em desenvolvimento, possuem menor elasticidade-renda do que os bens industrializados, isto é, a demanda por eles é menos suscetível a alterações na renda da economia. Assim, em um cenário de crescimento econômico (elevação da renda), os preços dos bens primários mantêm-se mais ou menos constantes, enquanto os preços dos bens industrializados crescem progressivamente.

O grande problema da deterioração dos termos de troca é que os **países em desenvolvimento** se especializam na produção de **bens primários**, enquanto os países desenvolvidos se especializam na produção de bens industrializados. Essa é a decorrência natural do Teorema Heckscher-Ohlin!

Seguindo as ideias de Prébisch, se os países em desenvolvimento aceitassem passivamente os desígnios do Teorema Heckscher-Ohlin e continuassem se especializando na produção e exportação apenas de bens primários, isso lhes traria graves prejuízos. Com efeito, isso traria **"efeitos perversos"** aos termos de troca dos países em desenvolvimento, que sairiam perdendo no jogo do comércio internacional.

Dessa forma, os países em desenvolvimento deveriam desenvolver seu setor industrial a qualquer custo, diversificando a sua produção, e substituindo as importações de bens manufaturados e de maior valor agregado pela produção doméstica. Essa é a ideia que fundamenta a teoria da **substituição de importações**.

A teoria da substituição de importações foi o modelo seguido pelos países da América Latina para promover sua industrialização. Voltando no tempo, é possível verificar que o próprio Brasil adotou esse modelo de industrialização, o que identificamos com clareza especialmente durante os governos de Getúlio Vargas e de Juscelino Kubitschek.

Mas será que esse modelo de industrialização é bom para um país?



De fato, a política de substituição de importações promoveu um crescimento e desenvolvimento econômico nos países da América Latina. Todavia, alguns aspectos negativos podem ser levantados em relação a esse modelo de industrialização tipicamente protecionista.

¹Elasticidade –renda da demanda: determina o grau de sensibilidade da demanda a variações na renda. Se a elasticidade-renda da demanda é elevada (elástica), uma elevação da renda aumenta substancialmente a procura; por outro lado, se a elasticidade-renda da demanda é pequena (inelástica), uma alteração da renda não altera substancialmente a demanda.

Os principais críticos dessa teoria estruturalista afirmam que a substituição de importações é a causa do atraso econômico dos países latino-americanos, que foram por ela estimulados a adotar práticas protecionistas. Quando um país leva a cabo esse tipo de industrialização, a indústria nacional não se beneficia das **economias de escala**, uma vez que sua atuação fica limitada ao mercado interno. Se a atuação da indústria nacional não se restringisse ao mercado doméstico, seu mercado consumidor seria maior, o que lhe permitiria auferir ganhos de escala.

Além disso, a política de substituição de importações impede que a indústria nacional fique exposta à **concorrência estrangeira**. Uma vez sem concorrência, a indústria nacional não tem incentivos para desenvolver seus produtos e processos e investir em tecnologia, terminando por ficar obsoleta.

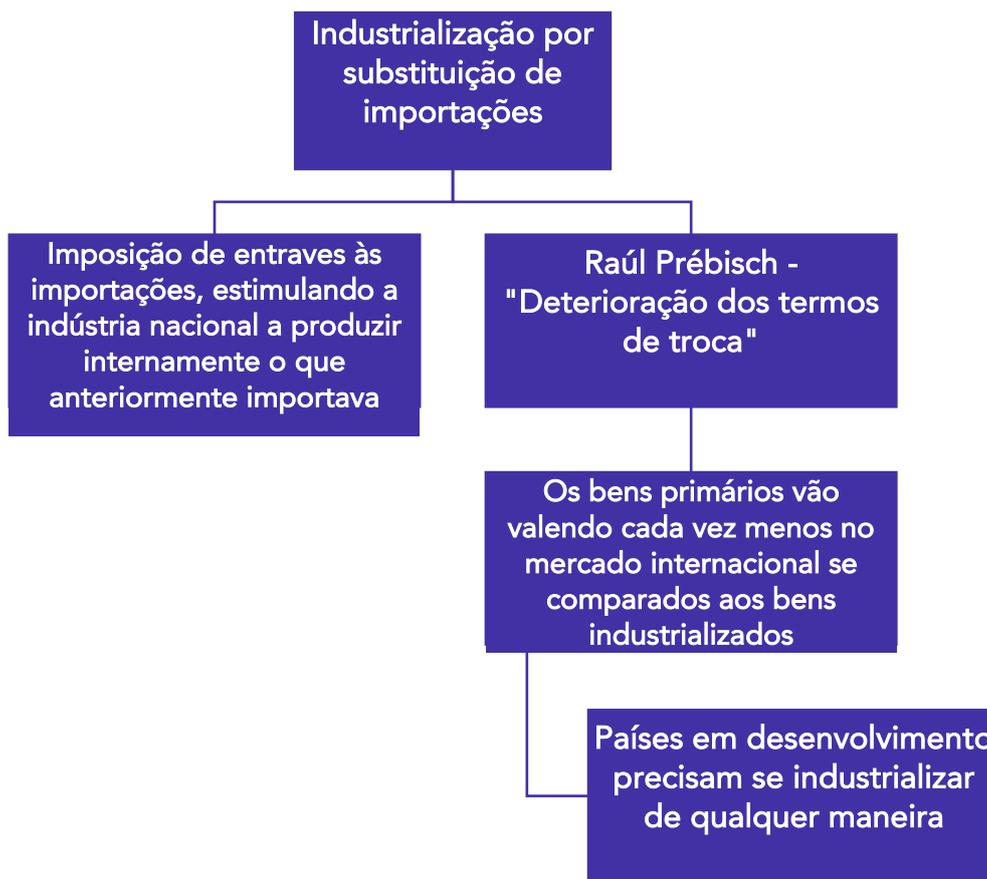
A política de substituição de importações insula o setor industrial da concorrência internacional por meio da utilização de barreiras comerciais. Dessa forma, pode-se afirmar que esse tipo de política tende a incluir um viés em favor do **setor urbano industrial**. Com a migração do campo para a cidade, diminui o número de trabalhadores no campo. Assim, começa a faltar mão-de-obra para trabalhar na produção agrícola, o que aumenta os custos de produção e, portanto, os preços desses produtos.

Cabe destacar, ainda, que quando um país adota uma política de substituição de importações, ele não consegue proteger todos os setores industriais, devendo escolher quais setores serão **beneficiados**. Isso dá margem à corrupção de funcionários do governo, que ficam suscetíveis ao lobby feito pela indústria nacional.

Voltando a falar sobre nosso amigo Raúl Prébisch, embora sua teoria da substituição de importações fosse eminentemente protecionista, ele afirmava que os países da América Latina não deveriam ficar **completamente insulados** do comércio internacional. Ao contrário, ele considerava que estes deveriam buscar uma maior integração econômica entre si, já que possuíam o mesmo nível de desenvolvimento econômico. Suas ideias, inclusive, culminaram na criação da **ALALC** (Associação Latino-Americana de Livre Comércio).

O modelo de industrialização por substituição de importações foi empregado em larga escala pelos países da América Latina, que buscaram se fechar ao comércio internacional como forma de estimular o setor doméstico. Segundo vários economistas, esse modelo de industrialização foi o responsável pela **estagnação tecnológica** dos países latino-americanos. Com efeito, ao isolar a indústria nacional da concorrência estrangeira, ela fica limitada, não conseguindo desenvolver-se tecnologicamente.





(AFRF – 2000-adaptada) Segundo a Comissão Econômica para América Latina (CEPAL), o comércio internacional tendia a gerar uma desigualdade básica nas relações de troca (uma deterioração nas relações de troca) pois os preços das matérias-primas tendiam a declinar a longo prazo, enquanto o preço dos produtos manufaturados (fabricados em geral em países desenvolvidos) tendia a subir.

Comentários:

Um fenômeno observado pelos estruturalistas foi a "deterioração dos termos de troca", gerada pelo ritmo desigual em que crescem os preços dos produtos primários se comparados aos preços dos produtos industrializados. Com isso, os países em desenvolvimento (que se especializam na produção de bens primários!) possuem desvantagem no comércio internacional frente aos países desenvolvidos (que se especializam na produção de bens industrializados!).

Gabarito: **Correto**



(AFRF – 2000-adaptada) Segundo a Comissão Econômica para América Latina (CEPAL), os países em desenvolvimento deveriam abrir suas economias para torná-las mais competitivas e assim conquistarem espaço no comércio internacional.

Comentários:

A CEPAL pregava que os países em desenvolvimento deveriam industrializar-se por meio da substituição de importações. Dessa forma, defendia-se que eles deveriam fechar suas economias ao comércio internacional, substituindo os produtos importados pela produção doméstica.

Gabarito: Errado

Industrialização Orientada Para Exportações

Nas décadas de 50 e 60, acreditava-se que o melhor caminho para promover o desenvolvimento industrial de um país seria por meio de uma estratégia de substituição de importações. No entanto, ao analisar o crescimento das economias dos países latino-americanos (que aplicaram largamente essa doutrina), verifica-se que esse tipo de política não foi tão bem-sucedida.

Percebeu-se, pois, que o desenvolvimento industrial poderia ser alcançado através de outra estratégia, orientada para exportações. Com efeito, países que adotaram essa estratégia, abandonando logo a estratégia de substituição das importações, atingiram altas taxas de crescimento, como é o caso dos Tigres Asiáticos e da própria China (hoje 2ª economia do mundo!). Tais países têm adotado políticas direcionadas à conquista do mercado externo, caracterizando-se pela extrema abertura ao comércio internacional.

Enquanto na substituição de importações, a indústria nacional se desenvolve visando a abastecer o mercado interno, na industrialização voltada para exportações o foco é o **mercado internacional**. Em outras palavras, enquanto no primeiro modelo predomina o protecionismo, no segundo a filosofia é mais liberal.

A análise da experiência vivenciada pelas **economias** do **Leste Asiático** tem marcado as discussões de economistas ao redor do mundo, que buscam entender quais as razões para o **alto crescimento econômico** desses países. Essa tarefa não é, entretanto, tão simples quanto aparenta, e existem versões diferentes sobre o desenvolvimento asiático.

As economias do Leste Asiático, apesar de não praticarem o livre comércio integralmente, possuem **taxas** de proteção efetivas **baixas**, inferiores às dos países em desenvolvimento. Segundo alguns autores, a **política comercial** seria, portanto, a razão principal para o rápido crescimento asiático.

Outros economistas atribuem o sucesso asiático à **política industrial**, que é baseada em incentivos setoriais e aos setores exportadores. Argumenta-se, todavia, que a política industrial nesses países foi baseada em um **"intervencionismo sofisticado"**. Nesse modelo, a intervenção do governo não



seria apenas sob a forma de alíquotas, cotas e subsídios à exportação. Ao contrário, ela envolveria mecanismos mais complexos, como o incentivo governamental à pesquisa e desenvolvimento, incentivo à educação e qualificação profissional e investimentos em infra-estrutura.

Há ainda outra linha, que considera que a política comercial e a política industrial não são argumentos suficientes para explicar o crescimento asiático. Segundo alguns economistas, esses países alcançaram tal notoriedade em razão das altas taxas de **poupança interna** e dos **elevados investimentos em ensino público**.

Comparando-se o modelo de industrialização voltada para exportações com o modelo de substituição de importações, é possível inferir que no primeiro a **indústria nacional** é exposta à **concorrência internacional**. Essa exposição faz com que ela tenha **incentivos** para investir em **tecnologia** e **aperfeiçoar** seus **produtos e processos**.

No modelo de industrialização voltada para **exportações**, as empresas não ficam limitadas ao **mercado doméstico**, possuindo acesso ao mercado internacional como um todo. Por um lado, isso resulta em maior vulnerabilidade externa; por outro, permite que elas possam auferir os benefícios das economias de escala.

Destaque-se, ainda, que os **países pequenos** conseguem auferir **maiores benefícios** no uso de **políticas industriais** orientadas para **exportações**, haja vista o exemplo dos Tigres Asiáticos. Vamos pensar juntos.

Em países pequenos, há menos empresas dentro de um mesmo setor do que em países grandes. Se há poucas empresas concorrendo, seus custos serão menores, já que elas produzirão mais (por dividirem o mercado nacional / internacional em fatias maiores!). Dessa forma, o incentivo governamental concedido aos setores exportadores de países pequenos lhes permitirá auferir maiores economias de escala internas.

Industrialização orientada para exportações

Aproxima-se mais do livre comércio

Concessão de subsídios e incentivos fiscais aos setores exportadores

O objetivo é estimular a indústria nacional a competir no mercado internacional



HORA DE PRATICAR!



(AFRFB-2009) As economias orientadas para as exportações, como as dos países do Sudeste Asiático, praticam políticas comerciais liberais em que são combatidos os incentivos e quaisquer formas de proteção setorial, privilegiando antes a criação de um ambiente econômico favorável à plena competição comercial.

Comentários: No modelo de industrialização orientada para exportações, há, sim, intervenção governamental acentuada, que ocorre sob a forma de subsídios e incentivos setoriais, notadamente com vistas à exportação.

Gabarito: **Errado**

(ACE-2002 - adaptada) No que concerne a políticas públicas implementadas pelos governos, os processos de industrialização por substituição de importações assemelham-se aos processos de industrialização baseados em atividades orientadas para a exportações. Diferenciam-se apenas pela ênfase na diversificação da pauta de importações.

Comentários: O modelo de industrialização por substituição de importações é diametralmente oposto ao modelo de industrialização orientada para exportações. Enquanto no primeiro a produção é voltada para o mercado interno, no segundo ela é direcionada para a exportação. Destaque-se, ainda, que o modelo de substituição de importações é eminentemente protecionista; o modelo de industrialização orientada para exportações, por sua vez, possui caráter liberal.

Por tudo o que comentamos, a questão está errada.

Gabarito: **Errado**

Política Comercial Estratégica

Na década de 80, surgiram nos países desenvolvidos novas ideias defendendo a intervenção governamental na economia. Esses novos argumentos se baseavam fundamentalmente na existência de setores de alta tecnologia, os quais se tornaram importantes após o surgimento do chip de silício.²

Um dos argumentos teóricos a favor de uma política comercial ativista é a existência de falhas de mercado. Podemos apontar que uma das **falhas de mercado** reconhecidas pelos economistas é o **problema da apropriabilidade**.

² KRUGMAN, Paul; OBSTFELD, Maurice. Economia Internacional: teoria e política. 8ª edição, São Paulo: Pearson Prentice Hall. 2010.



O problema da apropriabilidade existe nos setores de alta tecnologia. Ele está relacionado ao fato de que as empresas de determinados setores geram **conhecimentos** que são utilizados por **outras empresas** sem que estas últimas tenham que **pagar** por isso. O investimento em pesquisa e desenvolvimento gera externalidades positivas, que beneficiam vários outros setores e empresas do mesmo setor.

Dessa forma, é possível afirmar que alguns setores intensivos em tecnologia geram **externalidades positivas** que não são apropriadas em sua integralidade pelas empresas inovadoras. Mas o que isso quer dizer?

Não é difícil, meus amigos. Imaginem o caso de uma indústria produtora de equipamentos eletrônicos. Para desenvolver novos modelos, essas indústrias necessitam investir consideravelmente em pesquisa e desenvolvimento. Após a realização de tais investimentos, um equipamento de última geração é produzido. Mas aí, uma outra empresa, utilizando-se da engenharia reversa, desmonta esse equipamento e descobre o segredo industrial, rapidamente desenvolvendo um modelo com a tecnologia parecida.

Perceba que, nesse caso, a segunda empresa apropriou-se do conhecimento gerado pela empresa inovadora. Com efeito, o conhecimento gerado pela empresa inovadora (externalidade positiva) não foi apropriado integralmente por ela. Em outras palavras, apesar de ela ter investido, terceiros se beneficiaram. Esse é o **"problema da apropriabilidade"**, segundo o qual as empresas inovadoras têm dificuldade de se aproveitar integralmente das externalidades por elas geradas!

Em razão disso, o governo deve estimular a produção de bens de **maior valor agregado** e de **maior potencial de irradiação econômica**. Afinal de contas, ninguém quer investir para que outros se beneficiem. É necessário, portanto, um estímulo estatal!

Além disso, nos utilizando dos conceitos de Raúl Prébisch, os bens de **alto valor agregado** vão valendo cada vez mais com o passar do tempo, se comparados com os bens primários, cujos termos de troca vão se deteriorando. Dessa forma, se um país estimula a produção e exportação desses bens de maior valor agregado, há uma melhoria em seus **termos de troca**, gerando crescimento econômico.

Por tudo isso é que podemos dizer que as **políticas comerciais estratégicas** se caracterizam pelo estímulo do governo à **produção** e à **competitividade** de bens de **alto valor agregado** e de **maior potencial de irradiação econômica** (geração de externalidades positivas), os quais são destinados fundamentalmente para os mercados de exportação.



(AFRFB-2009) A ênfase ao estímulo à produção e à competitividade de bens de alto valor agregado e de maior potencial de irradiação econômica e tecnológica a serem destinados fundamentalmente para os mercados de exportação caracteriza as políticas comerciais estratégicas.

Comentários:

Conforme comentamos acima, políticas comerciais estratégicas são aquelas que buscam estimular a produção e a exportação de bens de alto valor agregado, em razão do potencial de irradiação econômica desses bens.

Gabarito: Correto



Barreiras tarifárias e não-tarifárias

Barreiras não-tarifárias

As barreiras comerciais se dividem em **barreiras tarifárias** e barreiras **não-tarifárias**. Barreiras tarifárias são, conforme o próprio nome explicita, as tarifas incidentes sobre as importações, isto é, os direitos aduaneiros. Barreiras não-tarifárias, por sua vez, são, grosso modo, qualquer barreira que não seja imposta na forma de tarifa.



ESQUEMATIZANDO

Barreiras tarifárias



tarifas incidentes sobre as importações.

Barreiras não-tarifárias



barreira que não seja imposta na forma de tarifa.

Durante anos de negociações comerciais sob a égide do GATT e, a partir de 1994, no âmbito da OMC, as barreiras tarifárias foram progressivamente reduzidas a patamares bem baixos. Com efeito, as regras do sistema multilateral possuem uma espécie de “trava” em relação aos direitos aduaneiros. Os membros da OMC elaboram listas de compromissos (“schedule of concessions”), nas quais consolidam as tarifas máximas a serem cobradas para cada produto. Feito isso, não podem voltar atrás unilateralmente, mas somente via renegociação.

Diante do impedimento de elevar direitos aduaneiros já reduzidos, os países começaram a utilizar-se de **barreiras não-tarifárias**, que atualmente são a principal forma de protecionismo existente. E aqui, meus amigos, “não há limite para a maldade”. Existem variados tipos de barreiras não-tarifárias usadas com o objetivo de restringir o comércio e proteger a indústria doméstica. Vejamos quais são as principais barreiras não-tarifárias:

a) **Cotas tarifárias / Cotas não-tarifárias**: tanto as cotas tarifárias quanto as não-tarifárias são restrições quantitativas às importações. As cotas não-tarifárias consistem em um limite quantitativo além do qual o Estado não autoriza a entrada do produto no País. As cotas tarifárias, por sua vez, consistem em um limite quantitativo além do qual, embora o Estado autorize a entrada do produto no País, a alíquota do imposto de importação (II) incidente é superior.



Se o Estado institui uma regra que dispõe que só entram no Brasil 6.000 toneladas de coco ralado por ano, temos aí uma cota não-tarifária. De outro turno, se o Estado estabelece que podem entrar no Brasil 6.000 toneladas de coco ralado pagando 2% de I.I e, acima dessa quantidade, o imposto passa a ser de 15%, temos uma cota tarifária.

A cota não-tarifária é, dentre todos os mecanismos protecionistas, o que causa maiores **distorções** ao **fluxo do comércio internacional**. Isso se explica porque, frente a uma tarifa aduaneira, o exportador estrangeiro pode aumentar a sua eficiência, reduzir custos e, em decorrência disso, obter acesso ao mercado do país importador apesar da tarifa. Diante de uma cota não-tarifária, por outro lado, de nada adianta o exportador estrangeiro aumentar sua eficiência; ele não terá um acesso ao mercado do país importador além do que a cota lhe faculta.

Cabe destacar que o art. XI do GATT, reconhecendo que a cota não-tarifária é um mecanismo protecionista altamente pernicioso, proíbe a utilização de restrições quantitativas. Em situações excepcionais, como por exemplo para conter restrições no Balanço de Pagamentos ou, ainda, frente a um surto de importações, admite-se a utilização de cotas não-tarifárias.

Os agentes econômicos que têm acesso às cotas não-tarifárias (ou seja, que conseguem importar o produto dentro do limite quantitativo imposto) possuem uma **quase-renda**, uma vez que obtêm acesso a um ativo bem específico que lhes gera uma **vantagem** em relação aos outros agentes econômicos com os quais concorrem: o direito de importar o bem.

b) **Subsídios**: consistem em uma contribuição financeira concedida por um governo com o objetivo de proporcionar uma vantagem a um setor específico da economia.

Os subsídios podem ser basicamente de dois tipos: i) subsídios à exportação e; ii) subsídios de ajuda interna. Teremos um subsídio à exportação se o governo determinar, por exemplo, que para cada quilograma de soja exportado, o agricultor receberá US\$ 3,00. O subsídio de ajuda interna, por sua vez, ficaria caracterizado se o governo determinasse, por exemplo, que para cada quilograma de soja produzido, o agricultor receberia US\$ 3,00.

Tanto os subsídios à exportação quanto os de ajuda interna representam distorções no comércio internacional, uma vez que modificam as escolhas dos agentes econômicos. Os subsídios não são uma prática incentivada pela Organização Mundial do Comércio (OMC) em virtude de não serem dotados de transparência. Embora os membros da OMC tenham a obrigação de notificar essa organização internacional sobre todos os subsídios concedidos, isso nem sempre é cumprido.

No **curto prazo**, os subsídios às exportações podem trazer resultados positivos para a economia, uma vez que terão como efeito expandir as exportações líquidas. Com efeito, se a indústria nacional for estimulada a exportar por meio de subsídios, nada mais natural do que ocorram superávits na Balança Comercial. Todavia, no **longo prazo**, os subsídios às exportações distorcem a alocação eficiente dos fatores de produção, trazendo **prejuízos à economia**.



Os efeitos dos **subsídios à exportação** sobre os **preços** são exatamente o **inverso** dos efeitos provocados pelas **tarifas**. As tarifas aumentam o preço do bem no país importador e reduzem o preço desse mesmo bem no país exportador. Os subsídios à exportação **reduzem o preço** do bem no país **importador** (mercados de destino) e **aumentam o preço** do bem no país **exportador** (mercado interno).

Por conseguinte, conclui-se que os subsídios provocam a **deterioração** dos **termos de troca** do país que os concede, precisamente em decorrência da redução do preço das exportações, ou seja, do preço do bem no país importador. E não adianta exportar mais se as suas exportações valem – relativamente – cada vez menos (lembrem das lições de Raúl Prébisch).

c) **Medidas Antidumping / Medidas Compensatórias**: são medidas de defesa comercial autorizadas pela normativa da OMC para fazer frente, respectivamente, à prática de dumping e subsídio que causem dano à indústria nacional.

Tanto as medidas antidumping quanto as medidas compensatórias possuem natureza jurídica **não-tributária**, uma vez que têm a natureza de sanção por ato ilícito, divorciando-se, portanto, do conceito de tributo¹. Considerando-se que elas não possuem natureza jurídica tributária, podemos afirmar que são barreiras não-tarifárias.

Na atualidade, pode-se dizer que há um **recurso abusivo** a medidas **antidumping**, tratando-se, assim, de uma nova forma de adotar práticas protecionistas. As medidas compensatórias ainda são menos disseminadas, na medida que possuem implicações políticas mais severas. Isso porque as medidas compensatórias compreendem uma contestação à própria política econômica do país que concede o subsídio².

d) **Medidas de Salvaguarda**: são medidas de defesa comercial aplicadas para conter um surto de importações que cause dano grave à indústria nacional. Podem ser aplicadas na forma de elevação do imposto de importação (barreiras tarifárias) ou na forma de restrições quantitativa (barreiras não-tarifárias).

e) **Licenças de Importação**: representam a exigência de autorização governamental para que a importação de determinados bens possa ser concretizada. São concedidas, normalmente, antes do embarque da mercadoria no exterior. Quanto utilizadas de forma arbitrária, tornam-se uma grave restrição ao comércio internacional.

¹ Segundo o Código Tributário Nacional, tributo é toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua em sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada.

² BARRAL, Welber; BROGINI, Gilvan. Manual Prático de Defesa Comercial. São Paulo: Aduaneiras, 2007.



f) **Taxas Múltiplas de Câmbio:** consiste em adotar taxas de câmbio diferenciadas conforme o produto objeto da importação. Se o governo deseja conferir proteção a determinada indústria, ele fixa uma taxa cambial elevada para as importações de bens por ela produzidos. Ao contrário, se o governo deseja flexibilizar as importações de determinado produto, ele irá fixar taxas cambiais favorecidas.

Por exemplo: imagine que o governo deseja proteger a indústria automobilística. Para isso, ele estabelece que a taxa cambial a ser utilizada na importação de automóveis deverá ser US\$ 1,00=R\$10,00 (considere que a taxa de mercado seja US\$ 1,00= R\$5,00). Com isso, se o importador está comprando um carro de US\$10.000,00, ele terá que pagar R\$ 100.000,00, valor muito superior ao que seria cabível se fosse utilizada a taxa de mercado (R\$ 50.000,00).

Destaque-se, a título de curiosidade, que o Brasil, por meio da Instrução nº 70 da SUMOC (Superintendência da Moeda e do Crédito), implantada em 1953, chegou a estabelecer taxas múltiplas de câmbio, classificando as mercadorias importadas em cinco grupos diferentes.

g) **Regulamentações Técnicas:** são medidas impostas pelos países como forma de garantir que os produtos cumpram requisitos mínimos de qualidade/desempenho. É o caso, por exemplo, dos brinquedos, que devem cumprir normas de segurança a fim de que sejam evitados acidentes envolvendo crianças.

h) **Medidas sanitárias e fitossanitárias:** são medidas impostas pelo governo como forma de proteger a saúde e a vida das pessoas e animais, e preservar os vegetais. Como exemplo, citamos as restrições historicamente impostas pela União Europeia sobre as exportações brasileiras de carne bovina.

i) **Práticas Arbitrárias de Valoração Aduaneira:** a valoração aduaneira é o processo de determinação da base de cálculo dos direitos aduaneiros (imposto de importação). Se um país utiliza métodos de valoração aduaneira com o objetivo de **superdimensionar a base de cálculo do imposto de importação**, estaremos diante de uma barreira não-tarifária.

j) **Acordos Voluntários de Restrição às Exportações (AVREs):** são acordos bilaterais por meio dos quais um país exportador se compromete a limitar suas exportações de um determinado produto para o mercado do país importador. Podemos dizer que tais acordos são "voluntários" apenas no nome, já que sua conclusão ocorre, normalmente, sob ameaças de retaliação. Para viabilizar os AVREs, o país exportador impõe restrições quantitativas (cotas) às exportações.

k) **Requisitos de Conteúdo Nacional:** são medidas adotadas pelo governo que condicionam a concessão de vantagens e benefícios a uma preferência por produtos nacionais. Como exemplo, citamos a vinculação de linhas de crédito mais favorecidas a empresas que utilizem em seu processo produtivo determinada porcentagem mínima de insumos nacionais.



l) **Formalidades Alfandegárias:** os procedimentos aduaneiros podem transformar-se em restrições não-tarifárias quando forem exageradamente burocráticos e complicados, implicando em custos adicionais aos operadores de comércio exterior. No âmbito da OMC, discute-se, atualmente, sobre a necessidade de promover a **facilitação de comércio**, que consiste, fundamentalmente, na desburocratização das operações de comércio exterior.

Barreiras Tarifárias

No sistema tributário brasileiro, o termo “tarifa” é utilizado como sinônimo de preço público, não possuindo, portanto, natureza tributária. Entretanto, ao estudarmos Comércio Internacional, “tarifa” tem outro significado bem distinto.

Em Comércio Internacional, o termo “tarifa” é utilizado para se fazer referência aos **“direitos aduaneiros”**, que são os gravames incidentes nas operações de comércio exterior, sejam elas importações ou mesmo exportações. Assim, “tarifa” é sinônimo de **imposto de importação** ou **imposto de exportação**. Destaque-se, entretanto, que é muito mais comum associá-la ao imposto de importação, uma vez que não é muito comum que os países se utilizem do imposto de exportação.

Os direitos aduaneiros (tarifas) são sempre impostos com **finalidades extrafiscais**, buscando promover a regulação da economia. Ao impor uma alíquota elevada do imposto de importação, o governo reduz o consumo do bem estrangeiro e protege a indústria nacional; por outro lado, ao reduzir a alíquota do imposto de importação, estimula-se a entrada do bem estrangeiro no país.

Há diversos tipos (modalidades) de tarifas:

- a) **Tarifas ad valorem:** são impostas na forma de um percentual incidente sobre a base de cálculo, que pode ser o valor aduaneiro (no caso de uma importação) ou o preço normal (no caso de uma exportação). Exemplo: 35%, 20%, 10%;
- b) **Tarifas específicas** (ad mensuram): são valores impostos sobre uma determinada unidade de medida. Exemplo: R\$ 2,00 / kg; R\$ 3,00 / litro;
- c) **Tarifas mistas** (compostas): são aquelas que incorporam elementos das tarifas “ad valorem” e das tarifas específicas. Exemplo: R\$ 5,00 / kg + 10%;
- d) **Tarifas técnicas:** são impostas levando-se em consideração o conteúdo ou os componentes de um determinado produto. Exemplo: R\$ 3,00/ kg de couro; R\$ 2,00/ kg de ferro.

Embora restrinjam as trocas internacionais, provocando distorções na alocação ótima dos fatores de produção, as tarifas são consideradas a forma mais **transparente** de protecionismo. Em razão disso, a OMC defende a **tarifização das barreiras** comerciais como forma de evitar que sejam impostas restrições veladas ao comércio internacional na forma de barreiras não-tarifárias.





(AFRF-2000-adaptada) As Barreiras não-tarifárias são frequentemente apontadas como grandes obstáculos ao comércio internacional. Podem vir a se constituir Barreiras não-tarifárias (BNT) as medidas fitossanitárias, normas de segurança, as licenças de importação e as cotas.

Comentários:

São exemplos de barreiras não-tarifárias as medidas sanitárias e fitossanitárias, as normas de segurança (regulamentos técnicos), as licenças de importação e as cotas.

Gabarito: Correto

(AFRF-2000 – adaptada) É exemplo de prática restritiva adotada pelos governos a negociação de acordos voluntários de restrição às exportações.

Comentários:

Os Acordos Voluntários de Restrição às Exportações (AVRE's) são, sim, exemplo de prática restritiva ao comércio internacional adotada pelos governos. Por meio desse tipo de acordo, um país limita voluntariamente suas exportações a outro país.

Gabarito: Correto



QUESTÕES COMENTADAS

Aspectos gerais

1. (Questão Inédita) A política comercial de um país determina o grau de exposição de sua economia ao mercado internacional, em consonância com a estratégia de desenvolvimento econômico adotada.

Comentários:

O grau de abertura econômica de um país depende justamente da estratégia de desenvolvimento adotada, notadamente considerando que o comércio internacional é considerado o grande motor do desenvolvimento econômico.

Gabarito: certo

2. (Questão Inédita) Segundo o livre-cambismo, os mercados possuem a capacidade de se autorregular, de modo que um comércio internacional livre de barreiras é fundamental para o crescimento e o desenvolvimento econômico.

Comentários:

O livre-cambismo, apregoado por Adam Smith, sustentava que a livre troca de produtos no mercado internacional estabelecia um cenário de concorrência perfeita. Nesse sentido, a eliminação das barreiras comerciais permitiria que o mercado se autorregulasse e que o comércio internacional desempenhasse o seu papel de motor do desenvolvimento econômico.

Gabarito: certo

3. (SEED/PR – 2021) O mercantilismo foi uma doutrina econômica que vigorou na Europa entre os séculos XV e XVIII. Foi predecessora do liberalismo e, até certo ponto, sua antagonista. É correto afirmar que o mercantilismo era
- a) contra o protecionismo aduaneiro.
 - b) contra o controle do governo sobre a economia.
 - c) contra o Estado absolutista.
 - d) a favor da acumulação de metais preciosos.
 - e) a favor da liberdade de comércio, principalmente entre as colônias e outros países.



Comentários

Letra A: errada. O mercantilismo ficou caracterizado pelo **protecionismo alfandegário**.

Letra B: errada. O mercantilismo pregava a atuação ativa do Estado (**intervencionismo estatal**).

Letra C: errada. O mercantilismo não tinha nenhuma objeção ao modelo de Estado absolutista, notadamente considerando a **defesa de uma política estatal intervencionista**.

Letra D: correta. O mercantilismo buscava aumentar o bem-estar nacional por meio da acumulação de ouro e prata.

Letra E: errada. O mercantilismo ficou caracterizado pelo **protecionismo alfandegário**, não pela liberdade de comércio. Além disso, pregava o desenvolvimento dos países pelo comércio exterior e pela exploração das riquezas coloniais, pelo que não havia incentivo ao livre comércio entre as colônias e outros países.

Gabarito: letra D

4. (ABIN – 2018) Acerca da crise econômica na última década de 80, das políticas de estabilização, aceleração inflacionária e dos planos de combate à inflação, como o Plano Real, a reforma do estado e as privatizações, julgue o item seguinte.

A abertura comercial da economia brasileira intensificou-se a partir de 1990 com a redução das tarifas de importação e a eliminação de barreiras não tarifárias, como, por exemplo, a proibição de importação de determinados produtos. Com a abertura, as barreiras proibitivas passaram a ser somente tarifárias.

Comentários

Como nós vimos, o início da década de 90 representou um ponto de inflexão na mudança da política comercial brasileira, com a promoção da abertura comercial. O governo Collor (1990-1992), logo em seu início, levou a cabo notória mudança no regime de importações brasileiras, eliminando as diversas restrições ao comércio até então existentes.

Nesse sentido, as alíquotas dos tributos na importação foram reduzidas e foram eliminadas as chamadas reservas de mercado (proibição às importações), como a existente no setor de informática.

A parte final da assertiva é controversa, na medida em que não deixaram totalmente de existir barreiras não tarifárias. Ainda assim, a questão foi considerada correta pela banca.

Gabarito: certo



5. (AFRFB-2009) A participação no comércio internacional é importante dimensão das estratégias de desenvolvimento econômico dos países, sendo perseguida a partir de ênfases diferenciadas quanto ao grau de exposição dos mercados domésticos à competição internacional.

Comentários:

A política comercial de um país está relacionada à sua estratégia de desenvolvimento. Alguns países, como o Brasil, por exemplo, são mais protecionistas. Outros, como o Chile, possuem a economia mais aberta ao mercado internacional.

Gabarito: certo

6. (AFRFB-2009) Países que adotam políticas comerciais de orientação liberal são contrários aos esquemas preferenciais, como o Sistema Geral de Preferências, e aos acordos regionais e sub-regionais de integração comercial celebrados no marco da Organização Mundial do Comércio por conterem, tais esquemas e acordos, componentes protecionistas.

Comentários:

Os países que seguem uma orientação liberalista em suas políticas de comércio exterior são a favor dos acordos regionais e dos esquemas preferenciais (SGP e SGPC).

Gabarito: errado

7. (AFRF-2003) Sobre o protecionismo, em suas expressões contemporâneas, é correto afirmar-se que:

- a) tem aumentado em razão da proliferação de acordos de alcance regional que mitigam o impulso liberalizante da normativa multilateral.
- b) possui expressão eminentemente tarifária desde que os membros da OMC acordaram a tarifificação das barreiras não-tarifárias.
- c) assume feições preponderantemente não-tarifárias, associando-se, entre outros, a procedimentos administrativos e à adoção de padrões e de controles relativos às características sanitárias e técnicas dos bens transacionados.
- d) vem diminuindo progressivamente à medida que as tarifas também são reduzidas a patamares historicamente menores.
- e) associa-se a estratégias defensivas dos países em desenvolvimento frente às pressões liberalizantes.

Comentários:



Letra A: errada. Os acordos regionais devem ser associados à liberalização comercial, ainda que em nível regional. Portanto, não se pode dizer que o protecionismo aumentou em razão da proliferação de acordos regionais.

Letra B: errada. Em razão dos compromissos tarifários assumidos pelos países no âmbito da OMC, as tarifas chegaram a um nível bem reduzido. Os países começaram, então, a pensar: "O que fazemos para proteger a indústria nacional?". Foi então que eles criaram uma nova forma de protecionismo, que é predominante nos dias de hoje: o protecionismo não-tarifário.

Letra C: correta. Devido à redução das tarifas, o **protecionismo se tornou eminentemente não-tarifário**. São exemplos de barreiras não-tarifárias os regulamentos técnicos e as medidas sanitárias e fitossanitárias

Letra D: errada. No atual contexto internacional, notadamente após a crise financeira internacional eclodida em 2008, houve o **recrudescimento das práticas protecionistas**.

Letra E: errada. Não são apenas os países em desenvolvimento que adotam práticas protecionistas. Os países desenvolvidos também o fazem.

Gabarito: Letra C

8. (AFRF -2003) Sobre o protecionismo, em suas expressões contemporâneas, é correto afirmar-se que tem aumentado em razão da proliferação de acordos de alcance regional que mitigam o impulso liberalizante da normativa multilateral.

Comentários:

Conforme afirma a questão, os acordos regionais de comércio têm efetivamente proliferado nos últimos anos. Em consulta ao site da OMC, pode-se verificar que há, atualmente, mais de 200 acordos regionais notificados junto àquela organização internacional. No entanto, a proliferação de acordos regionais, ao contrário do que afirma a questão, é um fato que deve ser associado ao liberalismo (não ao aumento do protecionismo).

Gabarito: errado

9. (AFRF – 2003) Sobre o protecionismo, em suas expressões contemporâneas, é correto afirmar-se que possui expressão eminentemente tarifária desde que os membros da OMC acordaram a tarifificação das barreiras não-tarifárias.

Comentários:

O protecionismo possui, atualmente, expressão eminentemente não-tarifária.

Gabarito: errado



10.(AFRF-2002.2) Com relação às práticas protecionistas, tal como observadas nas últimas cinco décadas, é correto afirmar-se que assumiram expressão preponderantemente não-tarifária à medida que, por força de compromissos multilaterais, de acordos regionais e de iniciativas unilaterais, reduziram-se as barreiras tarifárias.

Comentários:

De fato, o protecionismo tornou-se eminentemente não-tarifário nas últimas décadas, uma vez que as tarifas foram sendo progressivamente reduzidas em razão das negociações comerciais, motivo pelo qual a questão está correta.

Gabarito: certo

11.(AFRF-2002.1) No que se refere ao comércio internacional, a década de noventa foi caracterizada pelo recrudescimento do protecionismo em virtude do contexto recessivo herdado da década anterior.

Comentários:

A década de 90 ficou caracterizada pela redução do protecionismo.

Gabarito: errado

12.(AFRF – 2000) O livre cambismo é uma doutrina de comércio estabelecida através de tarifas protecionistas, a subvenção de créditos, a adoção de câmbios diferenciados.

Comentários:

Exatamente o contrário do que afirma a assertiva. O livre cambismo se baseia na retirada dos entraves ao comércio internacional, sejam eles de caráter tarifário ou não-tarifário.

Gabarito: errado

13.(AFRF – 2000) O livre cambismo rege que a livre troca de produtos no campo internacional, os quais seriam vendidos a preços mínimos, num regime de mercado, se aproximaria ao da livre concorrência perfeita.

Comentários:

Em um mercado de concorrência perfeita, há muitos vendedores e muitos compradores, nenhum dos quais possui poder para influenciar os preços. Com a livre circulação de mercadorias, há um



aumento da oferta de produtos que, conseqüentemente, leva a uma redução de preços. Os preços chegam, então, a um valor mínimo.

Gabarito: certo

14. (AFRF – 2000) O livre cambismo é uma doutrina pela qual o governo não prevê a remoção dos obstáculos legais em relação ao comércio e aos preços.

Comentários:

Ao contrário do que afirma a questão, no livre cambismo o governo prevê a remoção dos obstáculos legais em relação ao comércio e aos preços.

Gabarito: errado

15. (AFTN- 1998-adaptada) Segundo a lógica protecionista, o comércio e a indústria são mais importantes para um país do que a agricultura e, portanto, devem ser submetidos a tarifas para evitar a concorrência com produtos estrangeiros.

Comentários:

Os protecionistas não consideram o comércio e a indústria mais importantes para o país do que a agricultura. Na verdade, eles não estabelecem uma carga valorativa para cada uma dessas atividades econômicas. O que se vê, todavia, na prática, é que os produtos agrícolas são os mais afetados pelo protecionismo.

Gabarito: errado

16. (AFTN-1998-adaptada) Está relacionada com a prática do mercantilismo o princípio segundo o qual o Estado deve incrementar o bem-estar nacional.

Comentários:

De fato, o objetivo central do mercantilismo é o incremento do bem-estar nacional, mediante acumulação de metais preciosos no território do país.

Gabarito: certo

17. (AFTN-1998-adaptada) Está relacionado com a prática do mercantilismo o conjunto de concepções que incluía o protecionismo, a atuação ativa do Estado e a busca de acumulação de metais preciosos, que foram aplicadas em toda a Europa homogênea no século XVII.

Comentários:

O mercantilismo não foi aplicado na Europa de forma homogênea.



Gabarito: **errado**

18.(AFTN – 1998 – adaptada) Segundo o mercantilismo, a riqueza da economia depende do aumento da população e do volume de metais preciosos do país.

Comentários:

Para os mercantilistas, quanto mais metais preciosos um país possuir em seu território, mais rico ele será. O aumento da população também é fator que contribui para o aumento da riqueza nacional, pois representa maior força de trabalho.

Gabarito: **certo**

19.(AFTN – 1998 – adaptada) Segundo o mercantilismo, uma forte autoridade central é essencial para a expansão dos mercados e a proteção dos interesses comerciais.

Comentários:

O mercantilismo se baseava em um forte intervencionismo estatal, que se materializava na imposição de restrições às importações e incentivos às exportações. O objetivo era a obtenção de superávits na Balança Comercial.

Gabarito: **certo**

20.(AFTN – 1998- adaptada) Segundo o livre cambismo, o governo deve remover todos os obstáculos legais para o funcionamento de um comércio livre.

Comentários:

Essa assertiva descreveu em poucas palavras o livre cambismo! Segundo entendimento da ESAF, essa política comercial se caracteriza pela remoção de todos os obstáculos legais ao funcionamento de um comércio livre.

Gabarito: **certo**

21.(AFTN- 1998 – adaptada) Segundo o livre cambismo, existe uma divisão internacional do trabalho.

Comentários:

De fato, o livre cambismo defende que deve existir uma divisão internacional do trabalho, isto é, que cada país se especialize na produção de determinados produtos.

Gabarito: **certo**



QUESTÕES COMENTADAS

O protecionismo no âmbito do sistema multilateral de comércio

1. (Questão Inédita) A doutrina econômica considera a existência de falhas de mercado um argumento legítimo para a adoção de práticas protecionistas.

Comentários:

Muito embora a OMC não considere a existência de falhas de mercado como justificativa para a adoção de práticas protecionistas, a doutrina econômica considera esse um argumento válido para o protecionismo.

Gabarito: certo

2. (Questão Inédita) A adoção de práticas protecionistas em face de deslealdade comercial é admitida pela normativa vigente no âmbito da OMC.

Comentários:

A OMC admite, realmente, a adoção de práticas protecionistas em casos de *dumping* ou de subsídios, em conformidade com o disposto no artigo VI do GATT.

Gabarito: certo

3. (Questão Inédita/2022) Assinale a alternativa incorreta sobre políticas comerciais:

- a) A competitividade estrutural do país e o tamanho do mercado influenciam nos efeitos econômicos de medidas protecionistas adotadas.
- b) A abertura comercial poderá causar desemprego no curto prazo; entretanto, no longo prazo, há a tendência de que os fatores de produção sejam realocados de maneira eficiente.
- c) A proteção à indústria nascente é compatível com a ideia de um "protecionismo educador", política de caráter permanente e baseada na correção de falhas de mercado.
- d) As medidas sanitárias e fitossanitárias, os regulamentos técnicos e os direitos antidumping são exemplos de barreiras não-tarifárias.
- e) A promoção da segurança nacional é justificativa considerada legítima para a adoção de medidas protecionistas.



Comentários

A letra A está correta. De fato, esses dois fatores influenciam nos efeitos econômicos do protecionismo. Lembrem-se, por exemplo, que se um país grande, com amplo mercado consumidor, impõe uma tarifa sobre a importação de um determinado produto, tal medida pode afetar o preço mundial desse produto.

A letra B está correta. No curto prazo, o liberalismo pode causar desemprego; no longo prazo, espera-se que os fatores de produção sejam alocados de forma eficiente.

A letra C está errada. A proteção à indústria nascente deve ser temporária.

A letra D está correta. Todos esses são exemplos de barreiras não-tarifárias.

A letra E está correta. A segurança nacional é um dos argumentos em favor da proteção da indústria nacional, reconhecida, inclusive, pela normativa da OMC.

Gabarito: letra C

4. (EMGEPRON - 2021) Os instrumentos de proteção dos governos à indústria nascente visam apoiar indústrias:

- a) novas, temporariamente, até que se tornem fortes para enfrentar a concorrência internacional; para isso adotam, por exemplo, tarifas aduaneiras e quotas de importação
- b) novas, sem horizonte temporal pré-definido, até que se tornem fortes para enfrentar a concorrência internacional; para isso, adotam, por exemplo, prática de dumping
- c) que possuem vantagem competitiva no mercado internacional já conquistada; para isso adotam, por exemplo, instrumentos de promoção comercial
- d) que possuem produtos com potencial de exportação, até que se tornem fortes para enfrentar a concorrência; para isso, adotam a industrialização orientada para exportações

Comentários

Como vimos, somente podem invocar a proteção à indústria nascente como argumento para adotar medidas que afetem as importações (como tarifas ou quotas de importação) aqueles países cujas economias estejam nos **primeiros estágios de desenvolvimento**.

Além disso, não pode ser concedida à indústria nacional proteção por tempo indeterminado. A proteção deve ser **temporária**, limitada ao tempo necessário para que a indústria possa sair dos primeiros estágios de desenvolvimento e enfrentar a concorrência internacional.

Gabarito: letra A.



5. (LIQUIGÁS – 2018) A defesa do liberalismo econômico é, tradicionalmente, amparada nos argumentos teóricos em favor do livre-comércio. No entanto, a Organização Mundial do Comércio (OMC), por meio do Artigo XVIII do Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT, na sigla em inglês), admite o uso restrito de mecanismos de proteção em países considerados atrasados no processo de desenvolvimento econômico e social.

Tal mecanismo de proteção, originalmente formulado por Alexander Hamilton e Friedrich List, é conhecido como

- a) proteção do balanço de pagamentos.
- b) proteção de indústrias nascentes.
- c) argumento da tarifa ótima.
- d) política comercial estratégica.
- e) política de substituição de importações.

Comentários

O Artigo XVIII do GATT (Ajuda do Estado em favor do desenvolvimento econômico) regulamenta a proteção à indústria nascente, baseado na ideia originalmente concebida por Friedrich List.

Gabarito: letra B

6. (ACE-2008) A ausência de um sistema financeiro eficiente, que permita canalizar a poupança dos setores tradicionais para as novas indústrias, por representar uma falha de mercado, justifica o uso de restrições comerciais, tais como tarifas e subsídios, para proteger a indústria nascente.

Comentários

A existência de falhas de mercado é argumento para a utilização de práticas protecionistas que tenham como objetivo proteger a indústria nascente. Com efeito, *um sistema financeiro ineficiente impede que os recursos disponíveis sejam canalizados para o desenvolvimento de novas indústrias.*

Gabarito: certo

7. (ACE – 2002) O argumento que analisa a aquisição de experiência pela economia nacional, baseado no princípio de se “aprender fazendo”, o que permite justificar a proteção a tais indústrias por tempo indeterminado, preferencialmente longo, já que a inovação é condição necessária à manutenção da competitividade industrial.



Comentários:

A proteção à indústria nascente não deve ser feita por tempo indeterminado. Ao contrário, a proteção deverá ser temporária. Caso a proteção fosse mantida indefinidamente, poderia haver prejuízos à capacidade de inovação da economia. Se a indústria nacional fica isolada da concorrência, ela fica desestimulada a inovar e desenvolver-se tecnologicamente.

Gabarito: errado

8. (AFRF-2000-adaptada) São razões que levam à adoção de tarifas alfandegárias: a necessidade de aumento da arrecadação governamental, o desequilíbrio no Balanço de Pagamentos, a proteção à indústria nascente, a promoção da segurança nacional e o estímulo à competitividade de uma empresa.

Comentários:

O estímulo à competitividade de uma empresa não é um motivo para a adoção de tarifas alfandegárias. Ao proteger a indústria nacional, com a imposição de tarifas aduaneiras, ela fica isolada da concorrência e não tem estímulos para desenvolver-se tecnologicamente, ou seja, não desenvolve sua competitividade.

Gabarito: errado

9. (AFTN-1996-adaptada) Segundo as ideias de Friedrich List, o livre cambismo é incapaz de promover a justiça social.

Comentários:

As ideias de Friedrich List estão associadas à proteção à indústria nascente e não à incapacidade do livre cambismo promover a justiça social.

Gabarito: errado

10. (AFTN-1996-adaptada) Segundo as ideias de Friedrich List, o livre cambismo atende apenas aos interesses dos grandes exportadores, que usam a liberdade econômica para estabelecer monopólios e cartéis.

Comentários:

As ideias de Friedrich List estão associadas à proteção à indústria nascente.

Gabarito: errado



11. (AFTN – 1996) Segundo Friedrich List, não existe livre comércio na prática. Todos os países são protecionistas em razão da intervenção do Estado.

Comentários:

As ideias de Friedrich List estão associadas à proteção à indústria nascente. Cabe destacar, todavia, que a assertiva está correta quando afirma que não existe livre comércio na prática e que todos os países são protecionistas, em maior ou menor medida. O problema da questão foi ter associado essa afirmação ao pensamento de List.

Gabarito: **errado**

12. (AFTN-1996-adaptada) Segundo as ideias de Friedrich List, o livre comércio é bom para os países de economia madura, mas os países com indústrias nascentes necessitam de alguma forma de proteção.

Comentários:

Segundo List, somente deveriam engajar-se no comércio internacional países que estivessem no mesmo estágio de desenvolvimento. Nesse sentido, os países deveriam conferir proteção às indústrias nascentes, isto é, aquelas que estivessem em seus primeiros estágios de desenvolvimento.

Gabarito: **certo**



QUESTÕES COMENTADAS

Argumentos a favor do liberalismo

1. (Questão Inédita) A adoção do liberalismo no comércio internacional contribui para o controle da inflação do país.

Comentários:

O livre comércio é um fator de estabilização dos preços internos, na medida em que a concorrência com fornecedores estrangeiros impede que o produtor nacional eleve demasiadamente o preço de seu produto.

Gabarito: **certo**



QUESTÕES COMENTADAS

Efeitos econômicos do protecionismo

1. (Questão Inédita) O aumento do número de empresas nacionais, incentivado pela adoção de práticas protecionistas, traz benefícios ao mercado em decorrência do aproveitamento das economias de escala.

Comentários:

A adoção de práticas protecionistas tende, realmente, a favorecer a criação de empresas nacionais. Entretanto, segundo Paul Krugman, o aumento do número de empresas em um mercado restrito faz com que cada uma produza em escala ineficiente, resultando em **deseconomias** de escala.

Gabarito: **errado**

2. (Questão Inédita) As tarifas têm como efeito aumentar o preço do bem no país importador e reduzir o preço desse mesmo bem no país exportador.

Comentários:

No país importador, a imposição de tarifas leva à redução da oferta de bens e, portanto, à elevação dos preços internos. Já no país exportador, os preços internos diminuem em razão da elevação da oferta interna dos produtos que acabaram não sendo exportados.

Gabarito: **certo**

3. (Questão Inédita) A adoção de práticas protecionistas favorece o aumento do número de empresas nacionais, de modo que se pode afirmar que um dos efeitos do liberalismo consiste em reduzir a oferta de bens no território nacional.

Comentários:

A adoção de práticas protecionistas tende, realmente, a favorecer a criação de empresas nacionais. Entretanto, quando as trocas comerciais entre os países são feitas de forma livre, coloca-se à disposição dos consumidores não apenas aquilo que é produzido internamente, mas também tudo o que é produzido no mercado internacional, de modo que se pode afirmar que um dos efeitos do **liberalismo** consiste precisamente em **aumentar a oferta de bens** no território nacional.

Gabarito: **errado**



4. (Instituto Rio Branco – 2019) Acerca dos instrumentos de política comercial, julgue (C ou E) o item a seguir.

A imposição de tarifas à exportação é adotada, em certos casos, como mecanismo de estabilização dos preços internos e contenção de pressões inflacionárias, mas, em longo prazo, pode resultar em desestímulo à produção e consequente redução da oferta.

Comentários

A imposição de uma tarifa à exportação, para o país exportador, tem efeito similar à imposição de uma tarifa à importação no país importador, ou seja, imediatamente, há diminuição de oferta no país importador e aumento de oferta no país exportador.

O aumento da oferta no país exportador acarreta queda no preço praticado no mercado interno, servindo, portanto, como fator de estabilização dos preços internos e contenção de pressões inflacionárias.

No longo prazo, entretanto, os efeitos são negativos, na medida em que o livre acesso ao mercado exterior foi negado à produção nacional, pelo que foi eliminada a possibilidade de incremento de eficiência em decorrência dos ganhos de escala.

Gabarito: certo

5. (Instituto Rio Branco – 2019) Acerca dos instrumentos de política comercial, julgue (C ou E) o item a seguir.

Para o bem-estar dos consumidores, os efeitos negativos da imposição de uma tarifa *ad valorem* sobre as importações podem ser compensados por ganhos nos termos de troca, quando a demanda do país que impõe a tarifa é capaz de influenciar os preços mundiais de um produto.

Comentários

Como vimos, do ponto de vista de um país grande, a imposição de barreiras à importação pode ser considerada uma estratégia viável, a princípio, pois acarreta a melhora de seus termos de troca.

Lembrem-se, contudo, que, para Krugman, a estratégia é de utilidade duvidosa, na medida em que a adoção desse tipo de política provavelmente ensejaria retaliações de outros países grandes.

Gabarito: certo



6. (ACE-2012) A imposição de tarifas às importações exerce importantes efeitos sobre a renda internamente. Acerca desses efeitos, é correto afirmar que a renda do governo diminui e aumenta, concomitantemente, a renda dos produtores domésticos.

Comentários:

Com a imposição de uma tarifa sobre a importação, há aumento da renda do governo, precisamente pela arrecadação da tarifa.

Gabarito: errado

7. (ACE-2012) A imposição de tarifas às importações exerce importantes efeitos sobre a renda internamente. Acerca desses efeitos, é correto afirmar que a renda do governo e dos produtores domésticos beneficiados com a proteção tarifária aumenta, ao mesmo tempo em que se reduz o poder aquisitivo dos consumidores.

Comentários:

Com a imposição de uma tarifa sobre a importação, há aumento da renda do governo (pela maior arrecadação) e da renda dos detentores do fator de produção intensivo no bem protegido (produtores domésticos beneficiados pela proteção). Ao mesmo tempo, a redução da oferta do bem protegido leva ao aumento do preço, o que impacta negativamente o poder aquisitivo dos consumidores.

Gabarito: certo



QUESTÕES COMENTADAS

Modelos de industrialização

1. (Questão Inédita/2022) Assinale a alternativa correta acerca das políticas comerciais:

- a) As diferenças dos países quanto à dotação de fatores de produção é suficiente para explicar o fundamento do comércio internacional.
- b) A década de 90 é caracterizada por uma abertura comercial em escala global, permanecendo o Brasil, entretanto, estagnado em seu modelo de substituição de importações.
- c) Paradoxalmente, o modelo de substituição de importações, criado no âmbito da CEPAL, impediu a industrialização na América Latina.
- d) Ao optar pela celebração de acordos regionais, um país está adotando postura eminentemente protecionista em suas relações comerciais.
- e) A deterioração dos termos de troca, tese defendida por Raúl Prebisch, é compatível com a ideia de que os países em desenvolvimento devem se industrializar a qualquer custo.

Comentários

A letra está errada. As diferenças dos países quanto à dotação dos fatores de produção explica apenas em parte o comércio internacional. Uma parcela importante do comércio internacional é explicada a partir da existência de economias de escala.

A letra B está errada. A década de 90 é uma época de abertura comercial no Brasil.

A letra C está errada. Não se pode dizer que o modelo de substituição de importações impediu a industrialização na América Latina. A América Latina industrializou-se com base nesse modelo. A grande crítica que se pode fazer é dizer que foi esse modelo o responsável pela criação de uma indústria ineficiente.

A letra D está errada. Os acordos regionais estão ligados a uma liberalização do comércio internacional em nível regional.

A letra E está correta. A deterioração dos termos de troca explica que os países em desenvolvimento levam desvantagem no comércio internacional. Daí decorre a necessidade de esses países se industrializarem a qualquer custo.



Gabarito: **letra E**

2. (Questão Inédita) Segundo Raúl Prébisch, os países da América Latina deveriam ficar completamente insulados do comércio internacional, a fim de evitar a deterioração de seus termos de troca.

Comentários:

Apesar de sua teoria ser eminentemente protecionista, Raúl Prébisch afirmava que os países da América Latina **não deveriam ficar completamente insulados do comércio internacional**. Raúl Prébisch defendia, na verdade, a existência de uma maior **integração econômica regional**, notadamente considerando o nível de desenvolvimento similar observado entre os países latino-americanos. Suas ideias contribuíram, inclusive, para a criação da ALALC.

Gabarito: **errado**

3. (Questão Inédita) Na década de 80, começou a ser defendida, nos países desenvolvidos, a necessidade de intervenção governamental na economia, tendo em vista o problema da apropriabilidade existente nos setores intensivos em tecnologia.

Comentários:

Alguns setores intensivos em tecnologia geram externalidade positivas que não são integralmente apropriadas pelas empresas inovadoras. Por conseguinte, surgiu, na década de 80, nos países desenvolvidos, a ideia de que seria necessária a intervenção governamental para estimular a produção de bens de maior valor agregado e de maior potencial de irradiação econômica.

Gabarito: **certo**

4. (Questão Inédita) Levando-se em consideração as teorias do comércio internacional e as políticas comerciais utilizadas pelos países, analise os itens a seguir e atribua a letra (V) para as assertivas verdadeiras e a letra (F) para as falsas. Em seguida, marque a opção que contenha a sequência correta:

() O modelo ricardiano não é suficiente para explicar o comércio internacional quando um país é mais eficiente que outro na produção de todos os bens considerados.

() A imposição de tarifas e restrições quantitativas sobre as importações aumenta a competitividade da indústria nacional.

() As vantagens comparativas decorrem das diferenças nas dotações de fatores de produção entre os países.



() As políticas comerciais estratégicas têm como objetivo gerar externalidades positivas através do estímulo a setores intensivos em tecnologia.

() A deterioração dos termos de troca é tese defendida pela corrente estruturalista, que argumenta que os países em desenvolvimento possuem desvantagem no comércio internacional e que, em razão disso, devem promover uma industrialização voltada para fora.

a) FFVVF

b) FFVFF

c) FVFWV

d) VFWWF

e) VWWF

Comentários:

A primeira assertiva está errada. A Teoria das Vantagens Absolutas é que não consegue explicar a existência do comércio internacional quando um país é mais eficiente que outro na produção de todos os bens. O modelo ricardiano explicou que o comércio internacional seria possível mesmo nessa situação.

A segunda assertiva está errada. A imposição de barreiras às importações isola a indústria nacional da concorrência estrangeira e, ao fazê-lo, desestimula os investimentos em inovação. Isso leva à indústria nacional à obsolescência (e não a elevar sua competitividade!)

A terceira assertiva está correta. O Teorema Hecksher-Ohlin, ao dispor que cada país irá se especializar na produção de bens que sejam intensivos no fator de produção relativamente abundante em seu território, explica a teoria das vantagens comparativas. Por esse teorema, o que determina as vantagens comparativas é justamente a diferença na dotação dos fatores de produção entre os países.

A quarta assertiva está correta. Esse é o conceito de política comercial estratégica.

A quinta assertiva está errada. A tese da deterioração dos termos de troca foi o argumento utilizado para a implementação de modelos de industrialização voltados “para dentro” (industrialização por substituição de importações).

Gabarito: letra A

5. (Questão Inédita) Assinale a alternativa incorreta acerca das políticas comerciais:



- a) A doutrina econômica aponta a existência de falhas de mercado como um argumento para a utilização de práticas protecionistas.
- b) A imposição de restrições quantitativas é admitida pela normativa do sistema multilateral de comércio em situações excepcionais.
- c) O comércio internacional é resultado das diferentes dotações de fatores de produção entre os países e das economias de escala.
- d) Segundo a teoria econômica, o livre comércio pode alterar a distribuição de renda em uma economia em favor dos detentores do fator de produção abundante no território do país.
- e) A proteção a setores intensivos em tecnologia tem por efeito desestimular a inovação, não sendo possível falar-se em geração de externalidades positivas decorrentes do protecionismo.

Comentários:

A letra A está correta. Um dos argumentos apontados pelos economistas para a imposição de práticas protecionistas é a existência de falhas de mercado.

A letra B está correta. Em regra, a imposição de restrições quantitativas é vedada pela normativa do sistema multilateral de comércio (art. XI do GATT). Em alguns casos, como restrições no Balanço de Pagamentos e salvaguardas comerciais, a normativa da OMC admite a imposição de restrições quantitativas.

A letra C está correta. O comércio internacional ocorre por dois motivos: i) diferentes dotações de fatores de produção (o que é explicado pelo Teorema Hecksher-Ohlin) e; ii) economias de escala (teoria defendida por Paul Krugman)

A letra D está correta. Segundo o Teorema Hecksher-Ohlin-Samuelson, o livre comércio tem como efeito o aumento da remuneração do fator de produção abundante no território de um país. Logo, é possível afirmar que o livre comércio redistribui a renda de uma economia em favor dos detentores do fator de produção abundante (cuja remuneração é aumentada)

A letra E está errada. Os defensores de políticas comerciais estratégicas advogam que a proteção a setores intensivos em tecnologia pode gerar externalidades positivas.

Gabarito: letra E

6. (Questão Inédita) "O estudo de economia internacional nunca foi tão importante como agora. No começo do século XXI, as nações estão mais intimamente ligadas do que antes, por meio do comércio de bens e serviços, dos fluxos de moedas e do investimento nas demais economias. E a economia global criada por essas ligações é um mar bem agitado: os



formuladores de política econômica e os líderes empresariais em cada país, incluindo os Estados Unidos, precisam levar em conta as mudanças, às vezes velozes, na prosperidade econômica mundo afora.”

KRUGMAN, Paul & OBSTFELD, Maurice. Economia Internacional, 8ª ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010. pp. 01

Assinale a alternativa incorreta acerca das políticas comerciais:

- a) O livre comércio, além de evitar as perdas de eficiência associadas à proteção, elimina as distorções de produção e consumo.
- b) O livre comércio fornece maiores oportunidades para a inovação e aprendizagem do que um sistema de comércio “administrado”.
- c) Um país grande, ao impor uma tarifa sobre as importações de determinado produto, pode afetar os preços internacionais desse produto, beneficiando, assim, seus termos de troca.
- d) A possibilidade de vazamentos tecnológicos e a existência de defeitos nos mercados de trabalho e de capitais são argumentos apresentados a favor de políticas comerciais liberais.
- e) As políticas comerciais adotadas com base em falhas de mercado são consideradas “políticas do segundo melhor”.

Comentários:

Letra A: correta. O protecionismo resulta em perdas de eficiência distorções de produção e consumo. O livre comércio elimina essas distorções e evita as perdas de eficiência associadas à proteção, permitindo uma alocação ótima dos fatores de produção.

Letra B: correta. Entenda-se sistema de comércio “administrado” como a adoção, em certos setores, de políticas comerciais protecionistas. No livre comércio, a indústria nacional fica exposta à concorrência internacional e, portanto, precisa inovar e desenvolver-se tecnologicamente, a fim de aumentar sua competitividade. Assim, um ambiente em que predomina o livre comércio favorece a inovação.

Letra C: correta. Um país grande, ao impor uma tarifa sobre a importação de um determinado produto, pode afetar os preços internacionais desse produto. Mas como assim?

Simples. O país grande é um mercado consumidor enorme. Ao impor uma tarifa e barrar importações, aumentam os estoques internacionais do produto afetado pela tarifa. Há, portanto, um **aumento da oferta**, que leva à **redução dos preços do produto**.

E qual a relação disso com os termos de troca?



Os **termos de troca** são a relação entre o preço das exportações e o preço das importações (Termos de troca= Preço das Exportações / Preço das Importações). Se o preço do produto importado diminuiu (denominador diminuiu), os termos de troca aumentam (melhoram).

Letra D: errada. A possibilidade de vazamentos tecnológicos (“problema da apropriabilidade”) e defeitos nos mercados de trabalho e de capitais são **falhas de mercado**. A doutrina econômica considera as falhas de mercado como argumentos legítimos para a imposição de práticas protecionistas.

Letra E: correta. O ideal é que as falhas de mercado sejam combatidas por políticas domésticas diversas à política comercial. Nesse sentido, a política comercial é considerada apenas uma **“política do segundo melhor”**.

Gabarito: letra D

7. (EMGEPRON - 2021) Os chamados Novos Países Industrializados desenvolveram tardiamente, em comparação aos países desenvolvidos, suas estratégias de industrialização. Os chamados Tigres Asiáticos, quando comparados aos países latino-americanos, tais como o Brasil, se diferenciam porque adotaram a industrialização:

- a) por substituição de importação por pouco tempo e com menor custo ao Estado, enfatizando a industrialização orientada para a exportação
- b) orientada para a exportação por pouco tempo e com menor custo ao Estado, enfatizando a industrialização por substituição de importação
- c) por substituição de importação combinada com a orientada para a exportação no longo prazo, num modelo híbrido, com alto custo para o Estado
- d) por substituição de importação por pouco tempo e com alto custo para o Estado, liberalizando rapidamente a economia em condição de competitividade

Comentários:

Como vimos, os Tigres Asiáticos abandonaram logo a estratégia de industrialização por substituição de importação, enfatizando, com sucesso, a industrialização orientada para as exportações, focada na conquista do mercado externo. O gabarito é a letra A.

Gabarito: letra A

8. (CODEVASF - 2021) Acerca dos planos de desenvolvimento implementados no Brasil no período de 1950-1980, julgue o item a seguir.



O II Plano Nacional de Desenvolvimento focou no desenvolvimento de indústrias por intermédio da estratégia de substituição de importações, tendo como objetivo a abertura de novas frentes futuras de exportações.

Comentários

Durante esse período, o Brasil adotou a estratégia de industrialização via substituição de importações, notadamente durante os governos de Getúlio Vargas (1951 a 1954) e de Juscelino Kubitschek (1956 a 1961).

Gabarito: certo

9. (ACE-2012) Considerando-se a ação governamental no modelo de industrialização orientada para as exportações, é correto afirmar que:

- a) é limitada em razão do protagonismo central dos agentes econômicos privados nacionais e estrangeiros atuantes na atividade exportadora na realização de investimentos produtivos e em relação aos fatores que garantem competitividade nos mercados internacionais.
- b) é semelhante à desenvolvida no modelo de substituição de importações na medida em que está centrada na aplicação de instrumentos tarifários e incentivos à produção.
- c) é de caráter subsidiário e envolve fundamentalmente a promoção de marcos políticos, jurídicos e institucionais favoráveis aos investimentos e à atividade econômica.
- d) prescinde de formas de intervenção econômica e concentra-se na proteção da livre iniciativa, da competição e dos fluxos de comércio e de investimento.
- e) é de grande alcance, envolvendo o apoio ao desenvolvimento da infraestrutura, a concessão de incentivos fiscais e creditícios, o financiamento da produção e das exportações e investimentos em educação e qualificação profissional.

Comentários:

Letra A: errada. A *ação governamental* no modelo de industrialização orientada para exportações é *ampla* (e não limitada, como afirma a questão!)

Letra B: errada. O modelo de industrialização orientada para exportações é diametralmente oposto ao modelo de industrialização por substituição de importações. A utilização de *instrumentos tarifários* foi marcante no *modelo de substituição de importações*.

Letra C: errada. A ação governamental no modelo de industrialização orientada para exportações teve papel preponderante (e não subsidiário!)



Letra D: errada. No modelo de industrialização orientada para exportações, há forte intervenção governamental na economia. O governo atua concedendo incentivos fiscais e creditícios aos setores exportadores, como forma de estimular-lhes a atuação no mercado internacional.

Letra E: correta. A forte intervenção governamental foi essencial para o sucesso do modelo de industrialização orientada para exportações. Ela se manifestou por meio da concessão de incentivos fiscais e creditícios (empréstimos), investimentos em educação e em infra-estrutura.

Gabarito: letra E

10.(AFRFB 2009) A política de substituição de importações valeu-se preponderantemente de instrumentos de incentivos à produção e às exportações, tendo o protecionismo tarifário importância secundária em sua implementação.

Comentários:

A industrialização por substituição de importações se baseava na imposição de entraves às importações e, portanto, o protecionismo tarifário tinha importância fundamental nesse processo. Adicionalmente, verificamos que a concessão de incentivos à exportação ocorria no modelo de industrialização orientada para exportações.

Gabarito: errado

11.(ACE-2008) Os ganhos derivados do uso de políticas industriais orientadas para as exportações serão mais elevados quando adotadas por países pequenos, em que os setores potencialmente exportadores apresentam substanciais economias internas de escala.

Comentários:

De fato, países pequenos conseguem auferir maiores benefícios no uso de políticas industriais orientadas para exportações, haja vista o exemplo dos Tigres Asiáticos.

Gabarito: certo

12.(TCE/AC – 2008) Julgue o item a seguir em relação ao processo de crescimento e desenvolvimento econômico.

A proteção da indústria doméstica, mediante o uso de variados instrumentos de política comercial, constitui um dos pilares das estratégias de desenvolvimento baseadas na promoção das exportações.

Comentários



No modelo de industrialização orientada para exportações a indústria nacional é exposta à concorrência internacional. O protecionismo não é um de seus pilares, portanto.

Gabarito: errado

13. (ACE-2008) Estratégias de desenvolvimento por meio da substituição de importações tendem a incluir um viés em favor do setor urbano industrial porque essas políticas, além de insularem o setor industrial da concorrência internacional, contribuem também para reduzir o desemprego urbano, elevar os preços agrícolas e valorizar as taxas de câmbio.

Comentários:

A industrialização por substituição de importações não contribui para reduzir o desemprego urbano. Ao contrário, com o estímulo ao setor industrial, ocorre forte movimento migratório em direção às cidades. Como nem todo mundo consegue emprego, *o desemprego urbano acaba aumentando*.

Gabarito: errado

14. (ACE – 2002) Os processos de industrialização por substituição de importações mostraram-se eficientes ao longo do século XX, como ilustra o desempenho dos chamados “Tigres Asiáticos”.

Comentários:

Os Tigres Asiáticos adotaram um modelo de industrialização orientada para exportações. A industrialização por substituição de importações foi amplamente utilizada na América Latina.

Gabarito: errado

15. (ACE-2002) Entre as principais críticas aos instrumentos utilizados para proteger indústrias nascentes estão os argumentos que apontam algumas de suas implicações, a exemplo da dificuldade de se combinar as indústrias que devem receber proteção com o modelo de substituição de importações, a concordância das indústrias em dispensar a proteção recebida e seus efeitos deletérios sobre outras indústrias.

Comentários:

A proteção à indústria nacional possui alguns efeitos indesejáveis sobre o fluxo de comércio exterior. Em primeiro lugar, nem todas as indústrias podem ser protegidas. Logo, cabe ao governo a decisão de escolher aqueles setores que receberão proteção, o que rende ensejo aos *lobbys* e



à corrupção. Porém, não se pode dizer que a concordância das indústrias em dispensar a proteção recebida seja uma dificuldade. Os problemas surgem precisamente porque as indústrias nacionais protegidas *não desejam perder a proteção*.

Gabarito: errado

16.(ACE-2002-adaptada) Historicamente, os processos de industrialização por substituição de importações favoreceram o desenvolvimento tecnológico em escala global, já que as economias mais atrasadas alcançam condições para desenvolver indústrias que passarão a competir com as das economias desenvolvidas.

Comentários:

Não é possível dizer que o modelo de substituição de importações favoreceu o desenvolvimento tecnológico em escala global. Ao contrário, alguns economistas afirmam que ele foi responsável pela estagnação tecnológica dos países latino-americanos.

Gabarito: errado

17.(ACE-2002) Aceitando-se que os processos de industrialização por substituição de importações podem ser bem-sucedidos, implicam a necessidade da opção, pela sociedade que os implementam, de financiar um setor econômico específico, uma vez que requeiram a

- imposição de políticas que distorcem, a um tempo, os fluxos comerciais e a alocação eficiente dos fatores de produção internos.

Comentários:

Na industrialização por substituição de importações, o governo deve escolher qual setor industrial será protegido (já que não há como proteger todos os setores!). Ao proteger um setor em detrimento de outros, o governo distorce os fluxos comerciais e a alocação ótima dos fatores de produção.

Gabarito: certo

18.(AFRF-2000-adaptada) A Comissão Econômica para América Latina (CEPAL) teve um papel decisivo na criação da ALALC.

Comentários:

Segundo Raúl Prébisch, os países latino-americanos deveriam se industrializar a qualquer custo, porém isso não deveria ser feito valendo-se de um isolamento total. Os países latino-americanos



deveriam realizar trocas comerciais entre si, integrando-se economicamente. Essas ideias deram origem à Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC).

Gabarito: certo

19.(AFRF – 2000-adaptada) Segundo a Comissão Econômica para América Latina (CEPAL), os países produtores de bens primários deveriam diversificar sua produção, deixando de ser produtores de monoculturas.

Comentários:

Segundo a doutrina cepalina, os países produtores de bens primários deveriam se industrializar a qualquer custo.

Gabarito: certo

20.(AFRF – 2000-adaptada) Segundo a Comissão Econômica para América Latina (CEPAL), os países em desenvolvimento deveriam procurar exportar produtos manufaturados.

Comentários:

Segundo a CEPAL, os países em desenvolvimento não devem se restringir à produção e exportação de bens primários. É importante que esses países busquem produzir e exportar também produtos manufaturados.

Gabarito: certo

21.(AFRF-2000-adaptada) Segundo a teoria do desenvolvimento, que tem como um de seus maiores expoentes na América Latina o argentino Raúl Prébisch, os países subdesenvolvidos, pesadamente dependentes da produção e exportação de produtos primários, deveriam rejeitar a teoria das vantagens comparativas e industrializar-se a qualquer custo.

Comentários:

Se os países em desenvolvimento levassem ao pé da letra a Teoria das Vantagens Comparativas e o Teorema Hecksher-Ohlin, eles jamais se industrializariam, especializando-se apenas na produção de bens primários. Era justamente isso o que Prébisch criticava!

Segundo esse economista, em virtude da deterioração dos termos de troca, os países em desenvolvimento deveriam rejeitar a teoria das vantagens comparativas e industrializar-se a qualquer custo.



Gabarito: certo

22. (AFRF – 2000- adaptada) Segundo a teoria do desenvolvimento, os países subdesenvolvidos e em desenvolvimento devem procurar manter a capacidade de produzir um único artigo, considerado estratégico, tal como combustível, café, armamento bélico etc., mesmo que tal atitude seja desinteressante em termos puramente econômicos.

Comentários:

A teoria do desenvolvimento não pregava que os países deveriam manter a capacidade de produzir um único artigo estratégico. Ao contrário, eles deveriam industrializar-se a qualquer custo, diversificando sua produção.

Gabarito: errado

23. (AFRF – 2000 – adaptada) Segundo Prébisch, devido à tendência secular de deterioração dos termos de intercâmbio dos produtos industriais que os países desenvolvidos exportavam e os bens primários que exportavam os países atrasados, a única solução a médio e longo prazos para estes últimos seria modificar sua inserção na economia mundial, produzindo localmente aqueles bens industriais que antes importavam, através de políticas que procurassem substituir essas importações, criando uma indústria nacional protegida pelo Estado.

Comentários:

Prébisch defende que, em razão da deterioração dos termos de troca, os países em desenvolvimento deveriam industrializar-se a qualquer custo. Eles deveriam fazê-lo por meio do modelo de substituição de importações, impondo barreiras à entrada de produtos estrangeiros como forma de estimular o desenvolvimento da indústria doméstica.

Gabarito: certo

24. (AFRF – 2000) O livre cambismo só beneficia os países em desenvolvimento, que apresentam uma pauta de exportações onde a maioria dos produtos possui demanda inelástica.

Comentários:

Raúl Prébisch dizia exatamente o contrário. Para esse economista argentino, o livre comércio seria prejudicial aos países em desenvolvimento. Isso porque estes países se especializam na produção de bens primários, os quais valem cada vez menos no mercado internacional se comparados aos bens industrializados. Segundo Prébisch, esse efeito é decorrente da menor elasticidade-renda da demanda dos bens primários.

Gabarito: errado



QUESTÕES COMENTADAS

Barreiras tarifárias e não-tarifárias

1. (Questão Inédita) A medida *antidumping* é uma espécie de barreira tarifária.

Comentários:

A medida *antidumping* não tem natureza tributária, pelo que é considerada uma espécie de barreira não-tarifária.

Gabarito: **errado**

2. (Questão Inédita) As tarifas *ad valorem* assumem a forma de valores impostos sobre uma determinada unidade de medida (Exemplo: R\$ 2,00 por quilo).

Comentários:

As tarifas *ad valorem* são fixadas na forma de um percentual incidente sobre a base de cálculo. São as tarifas específicas que assumem a forma de valores impostos sobre uma determinada unidade de medida.

Gabarito: **errado**

3. (Questão Inédita) Assinale a alternativa correta sobre barreiras tarifárias e não-tarifárias:

- a) Os direitos *antidumping*, por representarem um adicional ao imposto de importação, são considerados barreiras tarifárias.
- b) A concessão de subsídios à exportação pode, no longo prazo, trazer aumento de bem-estar a uma economia.
- c) As barreiras técnicas e as medidas sanitárias são, muitas vezes, utilizadas como formas arbitrárias de restrição ao comércio internacional, passando, então, a constituir-se em práticas protecionistas disfarçadas.
- d) As práticas arbitrárias de valoração aduaneira e as políticas de preços mínimos são autorizadas pela normativa da OMC quando destinadas a combater um surto de importações.
- e) As restrições cambiais e as restrições quantitativas são admitidas pela normativa da OMC, salvo quando houver graves restrições no Balanço de Pagamentos.



Comentários:

Letra A: errada. Os direitos *antidumping* são considerados *barreiras não tarifárias*.

Letra B: errada. A concessão de subsídios à exportação causa, no longo prazo, *distorções sobre a economia*. No curto prazo, a concessão de subsídios à exportação pode até trazer efeitos favoráveis, por expandir as exportações líquidas.

Letra C: correta. As barreiras técnicas e as medidas sanitárias e fitossanitárias são, atualmente, utilizadas como uma forma velada de protecionismo.

Letra D: errada. As práticas arbitrárias de valoração aduaneiras e as políticas de preços mínimos não são autorizadas pela normativa da OMC.

Letra E: errada. As restrições cambiais e as restrições quantitativas são admitidas para salvaguardar a posição financeira exterior e o Balanço de Pagamentos.

Gabarito: letra C

4. (EMGEPRON - 2021) Um instrumento de política protecionista adotado pelos governos é a tarifa de importação, que tem como resultado:

a) o bloqueio do bem importado, propiciando a restrição de seu consumo e o aumento da produção doméstica, gerando receita para os governos

b) a elevação do preço do bem importado, propiciando a diminuição de seu consumo e o aumento da produção doméstica, gerando receita para os governos

c) a restrição da quantidade do bem importado, propiciando o aumento do seu preço e o aumento da produção doméstica, gerando despesa para os governos

d) o barateamento do preço do bem importado, propiciando o aumento de seu consumo e a diminuição da produção doméstica, gerando despesa para os governos

Comentários:

Como vimos, a imposição de uma tarifa aumenta o preço do bem importado (no mercado importador), reduzindo o seu consumo. Com isso, há um estímulo à produção doméstica, na medida em que toda a demanda passa a ser atendida pelos próprios produtores nacionais. Além disso, a arrecadação da tarifa gera, ainda, aumento da receita do Estado.

Gabarito: letra B



5. (Instituto Rio Branco – 2019) Acerca dos instrumentos de política comercial, julgue (C ou E) o item a seguir.

Do ponto de vista do governo, os efeitos da imposição de uma tarifa ou de uma cota de importação são equivalentes, uma vez que o resultado final de ambos os instrumentos de política comercial é a elevação dos preços internos do bem importado.

Comentários

Do ponto de vista do governo, a imposição de uma tarifa gera arrecadação, o que não ocorre com o estabelecimento de uma cota de importação.

Além disso, vale lembrar que a tarifa apenas onera a importação do produto, enquanto a cota inviabiliza a importação acima de determinado limite.

Gabarito: errado

6. (TCE/RO – 2019) Com relação às barreiras comerciais, julgue os itens a seguir.

I Os subsídios são considerados barreiras comerciais tarifárias.

II As restrições quantitativas são proibidas pelas regras do comércio internacional, exceto em determinadas situações, como na adoção de medida emergencial para equilibrar o balanço de pagamentos.

III As medidas sanitárias e fitossanitárias podem ser aplicadas, segundo as regras de comércio internacional, para proteger a vida e a saúde animal ou vegetal de riscos resultantes da entrada, do estabelecimento ou da disseminação de pragas, doenças ou organismos causadores ou portadores de doenças.

- a) Apenas o item I está certo.
- b) Apenas o item II está certo.
- c) Apenas os itens I e III estão certos.
- d) Apenas os itens II e III estão certos.
- e) Todos os itens estão certos.

Comentários

Item I: errado. Os subsídios são considerados barreiras não tarifárias. São barreiras tarifárias apenas aquelas impostas na forma de direitos aduaneiros (tarifas).



Item II: certo. O Artigo XI do GATT proíbe a utilização de restrições quantitativas, como regra, mas há exceções, como, por exemplo, para conter restrições no Balanço de Pagamentos.

Item III: certo. Isso mesmo. As medidas sanitárias e fitossanitárias são impostas com forma de proteger a saúde e a vida das pessoas e dos animais, e para preservar os vegetais.

Gabarito: letra D

7. (SEDF – 2017) Com relação às políticas econômicas e aos seus instrumentos, julgue o item subsecutivo.

A elevação da alíquota do imposto sobre produtos industrializados (IPI) para os automóveis que não contassem com pelo menos 65% de insumos fabricados no Brasil, iniciada no ano de 2012, representou espécie de barreira comercial.

Comentários

A fixação de requisito de conteúdo nacional como condição para o acesso a vantagens e/ou benefícios estabelece tratamento preferencial para produtos nacionais, consubstanciando, assim, uma forma de barreira não tarifária.

Gabarito: certo

8. (ANCINE – 2013) Os acordos voluntários de restrição às exportações (AVRE) não são considerados barreiras ao comércio exterior, sendo incentivados pela OMC como alternativas às barreiras tarifárias.

Comentários:

Os AVREs (acordos voluntários de restrição às exportações) são barreiras não-tarifárias. A OMC não incentiva, de modo algum, a sua utilização, uma vez que eles causam graves distorções ao fluxo do comércio internacional.

Gabarito: errado

9. (ACE-2012) Em relação aos subsídios às exportações, é correto afirmar que seus efeitos sobre os preços no mercado interno do país que os aplica são semelhantes aos de uma tarifa sobre as importações.

Comentários:

A ESAF retirou essa questão do livro do Paul Krugman, mas, infelizmente, pisou na bola ao elaborar o enunciado. Explico. Em seu livro, Krugman demonstra que os *efeitos dos subsídios à exportação sobre os preços* são exatamente o inverso dos efeitos provocados pelas tarifas.



Todavia, Krugman faz análise *sob a ótica de “país exportador” e “país importador”*. Sob essa ótica, temos que: i) as tarifas aumentam o preço do bem no país importador e reduzem o preço do bem no país exportador e; ii) os subsídios à exportação reduzem o preço do bem no país importador e aumentam o preço do bem no país exportador. Fica claro, então, que, nessa análise, os efeitos são inversos.

O problema é que a *ESAF induziu o candidato a analisar o fenômeno sob a ótica do “país que aplica”* o instrumento de política comercial. Nesse contexto, o que se espera é que haja aumento dos preços no mercado interno do país que aplica a tarifa (país importador), e também aumento dos preços no mercado interno do país que concede o subsídio à exportação (país exportador). A questão deveria ter sido considerada, sob essa ótica, como correta.

Todavia, como já afirmei antes, a *ESAF retirou a questão do livro do Paul Krugman, que nos afirma que os efeitos das tarifas sobre os preços são opostos aos do subsídio à exportação.*

Gabarito: errado

10. (ACE-2012) Em relação aos subsídios às exportações, é correto afirmar que produzem deterioração dos termos de troca ao elevar os preços no mercado interno e reduzi-los nos mercados de destino, o que é compensado pelo aumento da renda que provocam no mercado interno.

Comentários:

Os subsídios à exportação reduzem, de fato, os preços do bem no país importador (mercados de destino) e elevam o preço do bem no país exportador (mercado interno), o que leva à **deterioração dos termos de troca do país que concede o subsídio**. E não adianta exportar mais se as suas exportações valem cada vez menos, pelo que não se pode dizer que a deterioração dos termos de troca é compensada pelo aumento de renda decorrente das exportações.

Gabarito: errado

11. (ACE-2012) Em relação aos subsídios às exportações, é correto afirmar que possuem efeitos positivos em termos do bem-estar econômico geral de um país na medida em que contribuem diretamente para o crescimento e diversificação da atividade econômica e para o aumento do emprego e da renda nos setores exportadores.

Comentários:

No longo prazo, os subsídios às exportações trazem prejuízo à economia, notadamente em decorrência da alocação ineficiente dos fatores de produção, pelo que não se pode dizer que a medida possui “efeitos positivos em termos do bem-estar econômico geral do país”.

Gabarito: errado



12. (INMETRO – 2010) A globalização reforçou a ideia liberal dos mercados, o que faz diminuir gradativamente as barreiras tarifárias. Dessa forma, começam a proliferar barreiras não tarifárias e, entre estas, especialmente as barreiras técnicas se relacionam diretamente com o comércio exterior. Com referência a esse assunto, julgue o item a seguir.

As barreiras técnicas não podem ser consideradas como entraves comerciais, pois o seu principal objetivo é garantir o comércio de produtos de qualidade.

Comentários

As barreiras técnicas podem, sim, ser consideradas como entraves comerciais, notadamente quando são impostas de forma desarrazoada e abusiva.

Gabarito: **errado**

13. (INMETRO-2010) Acerca de tarifas sobre importações e subsídios às exportações, assinale a opção correta.

a) As tarifas sobre importações consistem em intervenções que os governos realizam para propiciar a distribuição de renda, a promoção de indústrias consideradas cruciais para a economia ou o balanço de pagamentos.

b) Os subsídios às exportações e as tarifas sobre as importações são quantias destinadas à equalização dos preços, por meio dos quais os bens são comercializados no país e no mercado mundial.

c) As mudanças nos preços geradas por tarifas sobre importações e subsídios às exportações afetam os termos de troca do país, mas não acometem os termos de troca do resto do mundo.

d) Os subsídios às exportações tornam mais lucrativa a venda no mercado externo, em relação ao mercado doméstico, excetuando-se a essa situação as circunstâncias em que o preço interno seja mais baixo, de modo que, por meio desse subsídio, seja aumentado o preço dos bens exportados no país.

e) A intensidade do impacto dos subsídios sobre as exportações e das tarifas de importação sobre os termos de troca relaciona-se diretamente ao desenvolvimento tecnológico do país que impõe a tarifa, de maneira que, caso o país seja uma grande potência tecnológica, não causará forte influência na oferta relativa mundial e na demanda relativa mundial e, portanto, não exercerá forte influência nos preços relativos.

Comentários:



Essa foi uma questão muitíssimo difícil!

Letra A: correta. Alguns dos objetivos governamentais ao impor tarifas sobre a importação são:

- promover distribuição de renda (lembrem-se do Teorema Stolper-Samuelson!);
- proteger indústrias consideradas cruciais para a economia (lembrem-se da política comercial estratégica!);
- evitar desequilíbrios no Balanço de Pagamentos (lembrem-se do art. XII do GATT)

Letra B: errada. Não se pode dizer que os subsídios às exportações e as tarifas são destinados à equalização dos preços por meio dos quais os bens são comercializados no país e no mercado mundial. Na verdade, ocorre exatamente o contrário! Ao impor tarifas sobre automóveis, por exemplo, o governo aumenta o preço pelo qual este automóvel é comercializado internamente. Por outro lado, ao conceder subsídios às exportações de automóveis, o governo reduz o preço pelo qual este automóvel é comercializado no mercado internacional. Há, portanto, uma *divergência entre os preços praticados no mercado interno e no mercado internacional*.

Letra C: errada. *Termos de troca* podem ser definidos como a relação entre o preço das exportações de um país e o preço de suas importações. As tarifas e os subsídios afetam os termos de troca de um país, pois alteram os preços dos produtos. Se estivermos analisando um país grande, as tarifas e os subsídios poderão afetar o preço do produto no mercado mundial e, portanto, os termos de troca do resto do mundo.

Letra D: errada. Os subsídios à exportação terão o efeito de reduzir o preço dos bens exportados.

Letra E: errada. A intensidade do impacto dos subsídios sobre as exportações e das tarifas de importação sobre os termos de troca relaciona-se diretamente ao *tamanho da economia do país que impõe a tarifa*. Caso seja um país grande, ele exercerá forte influência sobre a oferta e demanda relativa mundial.

Gabarito: letra A

14.(ACE-2002) Desde que ocorra, a proteção a indústrias nascentes atinge os resultados pretendidos a custos semelhantes, não importando muito se utiliza instrumentos tais como cotas, subsídios ou tarifas.

Comentários:

A imposição de tarifas, cotas e subsídios tem efeitos diferenciados sobre o comércio internacional. As cotas são o instrumento protecionista que causa maiores distorções ao comércio internacional.

Gabarito: errado



15. (ACE-2002) Subsídios a exportações podem produzir resultados positivos em uma economia nacional no curto prazo, por expandir as exportações líquidas, mas, no longo prazo, implicam distorções que dificultam a alocação eficiente de fatores de produção tanto internamente como, dependendo do tamanho da economia, em âmbito global.

Comentários:

No *longo prazo*, os subsídios às exportações distorcem a alocação eficiente dos fatores de produção, trazendo prejuízos à economia.

Gabarito: **certo**

16. (AFRF – 2000) É exemplo de prática restritiva adotada pelos governos a manutenção de barreiras à entrada no mercado de produto estrangeiro para proteger o produtor doméstico.

Comentários:

A imposição de entraves à importação de produtos estrangeiros é exemplo de prática protecionista.

Gabarito: **certo**

17. (AFRF-2000) Durante crise de encomendas à produção interna de determinado produto do país A, ameaçada pelo aumento desproporcional das importações similares dos países B e C, que subsidiam fortemente a produção e a exportação desse produto, as autoridades econômicas do país A, a fim de obterem uma redução imediata da quantidade do produto importado – bem conhecendo a preferência de seus consumidores pela oferta estrangeira e a inferior qualidade da mercadoria doméstica – deverão adotar como medida mais eficaz a seus propósitos:

- a) o contingenciamento dos produtos importados, fixando quotas ao produto para os países exportadores;
- b) a criação de subsídios à produção e à comercialização do produto manufaturado no país;
- c) o aumento da tarifa aduaneira nas posições referentes a esse produto, a fim de encarecer os importados, para benefício da indústria nacional;
- d) o aumento dos impostos de exportação, a fim de desestimular as exportações do produto doméstico para mercados tradicionais;
- e) o estímulo á preferência pelo produto nacional, mediante a promoção de sorteios de prêmios para seus consumidores.



Comentários:

O enunciado da questão descreve uma situação em que a *indústria doméstica do país A*, fabricante de determinado produto, *está sofrendo com o aumento das importações* de produtos similares originários dos países B e C. Os países B e C estão conseguindo obter acesso ao mercado do país B em virtude dos *elevados subsídios* que concedem à produção e exportação do produto.

A pergunta que a questão faz é a seguinte: qual medida *mais eficaz* a ser adotada pelas autoridades econômicas do país A, a fim de obterem uma redução da quantidade de produto importado?

Perceba, caro aluno, que a questão não perguntou qual a *medida legal* a ser adotada. Se estivéssemos falando sobre a medida legal a ser adotada, diríamos que o país A deveria aplicar *medidas compensatórias* para fazer frente ao subsídio. A *medida mais eficaz* é aquela que importa em *maiores restrições ao comércio*.

E o que causa maiores restrições ao comércio?

Em primeiro lugar, seria a proibição de importações. Já que essa alternativa não está entre as opções, vamos para a segunda medida mais restritiva, que é a *imposição de restrições quantitativas* (contingenciamento de importações). A resposta é, portanto, a letra A.

Gabarito: letra A

18.(ACE-1997 - adaptada) Os Acordos Voluntários de Restrição às Exportações (AVRE's) têm como objetivo principal levar o país a equilibrar suas exportações, como em um sistema de compensações.

Comentários:

O objetivo dos AVRE's é limitar as importações de um produto específico, protegendo a indústria nacional (e não levar o país a equilibrar suas exportações).

Gabarito: errado



LISTA DE QUESTÕES

Aspectos gerais

1. (Questão Inédita) A política comercial de um país determina o grau de exposição de sua economia ao mercado internacional, em consonância com a estratégia de desenvolvimento econômico adotada.
2. (Questão Inédita) Segundo o livre-cambismo, os mercados possuem a capacidade de se autorregular, de modo que um comércio internacional livre de barreiras é fundamental para o crescimento e o desenvolvimento econômico.
3. (SEED/PR – 2021) O mercantilismo foi uma doutrina econômica que vigorou na Europa entre os séculos XV e XVIII. Foi predecessora do liberalismo e, até certo ponto, sua antagonista. É correto afirmar que o mercantilismo era
 - a) contra o protecionismo aduaneiro.
 - b) contra o controle do governo sobre a economia.
 - c) contra o Estado absolutista.
 - d) a favor da acumulação de metais preciosos.
 - e) a favor da liberdade de comércio, principalmente entre as colônias e outros países.
4. (ABIN – 2018) Acerca da crise econômica na última década de 80, das políticas de estabilização, aceleração inflacionária e dos planos de combate à inflação, como o Plano Real, a reforma do estado e as privatizações, julgue o item seguinte.

A abertura comercial da economia brasileira intensificou-se a partir de 1990 com a redução das tarifas de importação e a eliminação de barreiras não tarifárias, como, por exemplo, a proibição de importação de determinados produtos. Com a abertura, as barreiras proibitivas passaram a ser somente tarifárias.
5. (AFRFB-2009) A participação no comércio internacional é importante dimensão das estratégias de desenvolvimento econômico dos países, sendo perseguida a partir de ênfases diferenciadas quanto ao grau de exposição dos mercados domésticos à competição internacional.
6. (AFRFB-2009) Países que adotam políticas comerciais de orientação liberal são contrários aos esquemas preferenciais, como o Sistema Geral de Preferências, e aos acordos regionais e sub-regionais de integração comercial celebrados no marco da Organização Mundial do Comércio por conterem, tais esquemas e acordos, componentes protecionistas.
7. (AFRF-2003) Sobre o protecionismo, em suas expressões contemporâneas, é correto afirmar-se que:
 - a) tem aumentado em razão da proliferação de acordos de alcance regional que mitigam o impulso liberalizante da normativa multilateral.



- b) possui expressão eminentemente tarifária desde que os membros da OMC acordaram a tarifificação das barreiras não-tarifárias.
- c) assume feições preponderantemente não-tarifárias, associando-se, entre outros, a procedimentos administrativos e à adoção de padrões e de controles relativos às características sanitárias e técnicas dos bens transacionados.
- d) vem diminuindo progressivamente à medida que as tarifas também são reduzidas a patamares historicamente menores.
- e) associa-se a estratégias defensivas dos países em desenvolvimento frente às pressões liberalizantes.
8. (AFRF -2003) Sobre o protecionismo, em suas expressões contemporâneas, é correto afirmar-se que tem aumentado em razão da proliferação de acordos de alcance regional que mitigam o impulso liberalizante da normativa multilateral.
9. (AFRF – 2003) Sobre o protecionismo, em suas expressões contemporâneas, é correto afirmar-se que possui expressão eminentemente tarifária desde que os membros da OMC acordaram a tarifificação das barreiras não-tarifárias.
10. (AFRF-2002.2) Com relação às práticas protecionistas, tal como observadas nas últimas cinco décadas, é correto afirmar-se que assumiram expressão preponderantemente não-tarifária à medida que, por força de compromissos multilaterais, de acordos regionais e de iniciativas unilaterais, reduziram-se as barreiras tarifárias.
11. (AFRF-2002.1) No que se refere ao comércio internacional, a década de noventa foi caracterizada pelo recrudescimento do protecionismo em virtude do contexto recessivo herdado da década anterior.
12. (AFRF – 2000) O livre cambismo é uma doutrina de comércio estabelecida através de tarifas protecionistas, a subvenção de créditos, a adoção de câmbios diferenciados.
13. (AFRF – 2000) O livre cambismo rege que a livre troca de produtos no campo internacional, os quais seriam vendidos a preços mínimos, num regime de mercado, se aproximaria ao da livre concorrência perfeita.
14. (AFRF – 2000) O livre cambismo é uma doutrina pela qual o governo não prevê a remoção dos obstáculos legais em relação ao comércio e aos preços.
15. (AFTN- 1998-adaptada) Segundo a lógica protecionista, o comércio e a indústria são mais importantes para um país do que a agricultura e, portanto, devem ser submetidos a tarifas para evitar a concorrência com produtos estrangeiros.
16. (AFTN-1998-adaptada) Está relacionada com a prática do mercantilismo o princípio segundo o qual o Estado deve incrementar o bem-estar nacional.
17. (AFTN-1998-adaptada) Está relacionado com a prática do mercantilismo o conjunto de concepções que incluía o protecionismo, a atuação ativa do Estado e a busca de acumulação de metais preciosos, que foram aplicadas em toda a Europa homoganeamente no século XVII.



- 18.(AFTN – 1998 – adaptada) Segundo o mercantilismo, a riqueza da economia depende do aumento da população e do volume de metais preciosos do país.
- 19.(AFTN – 1998 – adaptada) Segundo o mercantilismo, uma forte autoridade central é essencial para a expansão dos mercados e a proteção dos interesses comerciais.
- 20.(AFTN – 1998- adaptada) Segundo o livre cambismo, o governo deve remover todos os obstáculos legais para o funcionamento de um comércio livre.
- 21.(AFTN- 1998 – adaptada) Segundo o livre cambismo, existe uma divisão internacional do trabalho.



GABARITO

Gabarito

01	02	03	04	05	06	07
C	C	D	C	C	E	C
08	09	10	11	12	13	14
E	E	C	E	E	C	E
15	16	17	18	19	20	21
E	C	E	C	C	C	C



LISTA DE QUESTÕES

O protecionismo no âmbito do sistema multilateral de comércio

1. (Questão Inédita) A doutrina econômica considera a existência de falhas de mercado um argumento legítimo para a adoção de práticas protecionistas.
2. (Questão Inédita) A adoção de práticas protecionistas em face de deslealdade comercial é admitida pela normativa vigente no âmbito da OMC.
3. (Questão Inédita/2022) Assinale a alternativa incorreta sobre políticas comerciais:
 - a) A competitividade estrutural do país e o tamanho do mercado influenciam nos efeitos econômicos de medidas protecionistas adotadas.
 - b) A abertura comercial poderá causar desemprego no curto prazo; entretanto, no longo prazo, há a tendência de que os fatores de produção sejam realocados de maneira eficiente.
 - c) A proteção à indústria nascente é compatível com a ideia de um “protecionismo educador”, política de caráter permanente e baseada na correção de falhas de mercado.
 - d) As medidas sanitárias e fitossanitárias, os regulamentos técnicos e os direitos antidumping são exemplos de barreiras não-tarifárias.
 - e) A promoção da segurança nacional é justificativa considerada legítima para a adoção de medidas protecionistas.
4. (EMGEPRON - 2021) Os instrumentos de proteção dos governos à indústria nascente visam apoiar indústrias:
 - a) novas, temporariamente, até que se tornem fortes para enfrentar a concorrência internacional; para isso adotam, por exemplo, tarifas aduaneiras e quotas de importação
 - b) novas, sem horizonte temporal pré-definido, até que se tornem fortes para enfrentar a concorrência internacional; para isso, adotam, por exemplo, prática de dumping
 - c) que possuem vantagem competitiva no mercado internacional já conquistada; para isso adotam, por exemplo, instrumentos de promoção comercial
 - d) que possuem produtos com potencial de exportação, até que se tornem fortes para enfrentar a concorrência; para isso, adotam a industrialização orientada para exportações
5. (LIQUIGÁS – 2018) A defesa do liberalismo econômico é, tradicionalmente, amparada nos argumentos teóricos em favor do livre-comércio. No entanto, a Organização Mundial do Comércio (OMC), por meio do Artigo XVIII do Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT, na sigla em inglês), admite o uso restrito de mecanismos de proteção em países considerados atrasados no processo de desenvolvimento econômico e social.



Tal mecanismo de proteção, originalmente formulado por Alexander Hamilton e Friedrich List, é conhecido como

- a) proteção do balanço de pagamentos.
 - b) proteção de indústrias nascentes.
 - c) argumento da tarifa ótima.
 - d) política comercial estratégica.
 - e) política de substituição de importações.
6. (ACE-2008) A ausência de um sistema financeiro eficiente, que permita canalizar a poupança dos setores tradicionais para as novas indústrias, por representar uma falha de mercado, justifica o uso de restrições comerciais, tais como tarifas e subsídios, para proteger a indústria nascente.
7. (ACE – 2002) O argumento que analisa a aquisição de experiência pela economia nacional, baseado no princípio de se “aprender fazendo”, o que permite justificar a proteção a tais indústrias por tempo indeterminado, preferencialmente longo, já que a inovação é condição necessária à manutenção da competitividade industrial.
8. (AFRF-2000-adaptada) São razões que levam à adoção de tarifas alfandegárias: a necessidade de aumento da arrecadação governamental, o desequilíbrio no Balanço de Pagamentos, a proteção à indústria nascente, a promoção da segurança nacional e o estímulo à competitividade de uma empresa.
9. (AFTN-1996-adaptada) Segundo as ideias de Friedrich List, o livre cambismo é incapaz de promover a justiça social.
- 10.(AFTN-1996-adaptada) Segundo as idéias de Friedrich List, o livre cambismo atende apenas aos interesses dos grandes exportadores, que usam a liberdade econômica para estabelecer monopólios e cartéis.
- 11.(AFTN – 1996) Segundo Friedrich List, não existe livre cambismo na prática. Todos os países são protecionistas em razão da intervenção do Estado.
- 12.(AFTN-1996-adaptada) Segundo as ideias de Friedrich List, o livre cambismo é bom para os países de economia madura, mas os países com indústrias nascentes necessitam de alguma forma de proteção.





GABARITO

Gabarito

01	02	03	04	05	06
C	C	C	A	B	C
07	08	09	10	11	12
E	E	E	E	E	C



LISTA DE QUESTÕES

Argumentos a favor do liberalismo

1. (Questão Inédita) A adoção do liberalismo no comércio internacional contribui para o controle da inflação do país.



GABARITO

Gabarito

01
C



LISTA DE QUESTÕES

Efeitos econômicos do protecionismo

1. (Questão Inédita) O aumento do número de empresas nacionais, incentivado pela adoção de práticas protecionistas, traz benefícios ao mercado em decorrência do aproveitamento das economias de escala.
2. (Questão Inédita) As tarifas têm como efeito aumentar o preço do bem no país importador e reduzir o preço desse mesmo bem no país exportador.
3. (Questão Inédita) A adoção de práticas protecionistas favorece o aumento do número de empresas nacionais, de modo que se pode afirmar que um dos efeitos do liberalismo consiste em reduzir a oferta de bens no território nacional.
4. (Instituto Rio Branco – 2019) Acerca dos instrumentos de política comercial, julgue (C ou E) o item a seguir.

A imposição de tarifas à exportação é adotada, em certos casos, como mecanismo de estabilização dos preços internos e contenção de pressões inflacionárias, mas, em longo prazo, pode resultar em desestímulo à produção e consequente redução da oferta.

5. (Instituto Rio Branco – 2019) Acerca dos instrumentos de política comercial, julgue (C ou E) o item a seguir.

Para o bem-estar dos consumidores, os efeitos negativos da imposição de uma tarifa *ad valorem* sobre as importações podem ser compensados por ganhos nos termos de troca, quando a demanda do país que impõe a tarifa é capaz de influenciar os preços mundiais de um produto.

6. (ACE-2012) A imposição de tarifas às importações exerce importantes efeitos sobre a renda internamente. Acerca desses efeitos, é correto afirmar que a renda do governo diminui e aumenta, concomitantemente, a renda dos produtores domésticos.
7. (ACE-2012) A imposição de tarifas às importações exerce importantes efeitos sobre a renda internamente. Acerca desses efeitos, é correto afirmar que a renda do governo e dos produtores domésticos beneficiados com a proteção tarifária aumenta, ao mesmo tempo em que se reduz o poder aquisitivo dos consumidores.





GABARITO

Gabarito

01	02	03	04
E	C	E	C
05	06	07	
C	E	C	



LISTA DE QUESTÕES

Modelos de industrialização

1. (Questão Inédita/2022) Assinale a alternativa correta acerca das políticas comerciais:
 - a) As diferenças dos países quanto à dotação de fatores de produção é suficiente para explicar o fundamento do comércio internacional.
 - b) A década de 90 é caracterizada por uma abertura comercial em escala global, permanecendo o Brasil, entretanto, estagnado em seu modelo de substituição de importações.
 - c) Paradoxalmente, o modelo de substituição de importações, criado no âmbito da CEPAL, impediu a industrialização na América Latina.
 - d) Ao optar pela celebração de acordos regionais, um país está adotando postura eminentemente protecionista em suas relações comerciais.
 - e) A deterioração dos termos de troca, tese defendida por Raúl Prebisch, é compatível com a ideia de que os países em desenvolvimento devem se industrializar a qualquer custo.
2. (Questão Inédita) Segundo Raúl Prébisch, os países da América Latina deveriam ficar completamente insulados do comércio internacional, a fim de evitar a deterioração de seus termos de troca.
3. (Questão Inédita) Na década de 80, começou a ser defendida, nos países desenvolvidos, a necessidade de intervenção governamental na economia, tendo em vista o problema da apropriabilidade existente nos setores intensivos em tecnologia.
4. (Questão Inédita) Levando-se em consideração as teorias do comércio internacional e as políticas comerciais utilizadas pelos países, analise os itens a seguir e atribua a letra (V) para as assertivas verdadeiras e a letra (F) para as falsas. Em seguida, marque a opção que contenha a sequência correta:
 - () O modelo ricardiano não é suficiente para explicar o comércio internacional quando um país é mais eficiente que outro na produção de todos os bens considerados.
 - () A imposição de tarifas e restrições quantitativas sobre as importações aumenta a competitividade da indústria nacional.
 - () As vantagens comparativas decorrem das diferenças nas dotações de fatores de produção entre os países.
 - () As políticas comerciais estratégicas têm como objetivo gerar externalidades positivas através do estímulo a setores intensivos em tecnologia.



() A deterioração dos termos de troca é tese defendida pela corrente estruturalista, que argumenta que os países em desenvolvimento possuem desvantagem no comércio internacional e que, em razão disso, devem promover uma industrialização voltada para fora.

- a) FFVVF
- b) FFVFF
- c) FVFVV
- d) VFVVF
- e) VVVVF

5. (Questão Inédita) Assinale a alternativa incorreta acerca das políticas comerciais:

- a) A doutrina econômica aponta a existência de falhas de mercado como um argumento para a utilização de práticas protecionistas.
- b) A imposição de restrições quantitativas é admitida pela normativa do sistema multilateral de comércio em situações excepcionais.
- c) O comércio internacional é resultado das diferentes dotações de fatores de produção entre os países e das economias de escala.
- d) Segundo a teoria econômica, o livre comércio pode alterar a distribuição de renda em uma economia em favor dos detentores do fator de produção abundante no território do país.
- e) A proteção a setores intensivos em tecnologia tem por efeito desestimular a inovação, não sendo possível falar-se em geração de externalidades positivas decorrentes do protecionismo.

6. (Questão Inédita) "O estudo de economia internacional nunca foi tão importante como agora. No começo do século XXI, as nações estão mais intimamente ligadas do que antes, por meio do comércio de bens e serviços, dos fluxos de moedas e do investimento nas demais economias. E a economia global criada por essas ligações é um mar bem agitado: os formuladores de política econômica e os líderes empresariais em cada país, incluindo os Estados Unidos, precisam levar em conta as mudanças, às vezes velozes, na prosperidade econômica mundo afora."

KRUGMAN, Paul & OBSTFELD, Maurice. Economia Internacional, 8ª ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010. pp. 01

Assinale a alternativa incorreta acerca das políticas comerciais:

- a) O livre comércio, além de evitar as perdas de eficiência associadas à proteção, elimina as distorções de produção e consumo.
- b) O livre comércio fornece maiores oportunidades para a inovação e aprendizagem do que um sistema de comércio "administrado".
- c) Um país grande, ao impor uma tarifa sobre as importações de determinado produto, pode afetar os preços internacionais desse produto, beneficiando, assim, seus termos de troca.



- d) A possibilidade de vazamentos tecnológicos e a existência de defeitos nos mercados de trabalho e de capitais são argumentos apresentados a favor de políticas comerciais liberais.
- e) As políticas comerciais adotadas com base em falhas de mercado são consideradas “políticas do segundo melhor”.

7. (EMGEPRON - 2021) Os chamados Novos Países Industrializados desenvolveram tardiamente, em comparação aos países desenvolvidos, suas estratégias de industrialização. Os chamados Tigres Asiáticos, quando comparados aos países latino-americanos, tais como o Brasil, se diferenciam porque adotaram a industrialização:

- a) por substituição de importação por pouco tempo e com menor custo ao Estado, enfatizando a industrialização orientada para a exportação
- b) orientada para a exportação por pouco tempo e com menor custo ao Estado, enfatizando a industrialização por substituição de importação
- c) por substituição de importação combinada com a orientada para a exportação no longo prazo, num modelo híbrido, com alto custo para o Estado
- d) por substituição de importação por pouco tempo e com alto custo para o Estado, liberalizando rapidamente a economia em condição de competitividade

8. (CODEVASF - 2021) Acerca dos planos de desenvolvimento implementados no Brasil no período de 1950-1980, julgue o item a seguir.

O II Plano Nacional de Desenvolvimento focou no desenvolvimento de indústrias por intermédio da estratégia de substituição de importações, tendo como objetivo a abertura de novas frentes futuras de exportações.

9. (ACE-2012) Considerando-se a ação governamental no modelo de industrialização orientada para as exportações, é correto afirmar que:

- a) é limitada em razão do protagonismo central dos agentes econômicos privados nacionais e estrangeiros atuantes na atividade exportadora na realização de investimentos produtivos e em relação aos fatores que garantem competitividade nos mercados internacionais.
- b) é semelhante à desenvolvida no modelo de substituição de importações na medida em que está centrada na aplicação de instrumentos tarifários e incentivos à produção.
- c) é de caráter subsidiário e envolve fundamentalmente a promoção de marcos políticos, jurídicos e institucionais favoráveis aos investimentos e à atividade econômica.
- d) prescinde de formas de intervenção econômica e concentra-se na proteção da livre iniciativa, da competição e dos fluxos de comércio e de investimento.
- e) é de grande alcance, envolvendo o apoio ao desenvolvimento da infraestrutura, a concessão de incentivos fiscais e creditícios, o financiamento da produção e das exportações e investimentos em educação e qualificação profissional.



- 10.(AFRFB 2009) A política de substituição de importações valeu-se preponderantemente de instrumentos de incentivos à produção e às exportações, tendo o protecionismo tarifário importância secundária em sua implementação.
- 11.(ACE-2008) Os ganhos derivados do uso de políticas industriais orientadas para as exportações serão mais elevados quando adotadas por países pequenos, em que os setores potencialmente exportadores apresentam substanciais economias internas de escala.
- 12.(TCE/AC – 2008) Julgue o item a seguir em relação ao processo de crescimento e desenvolvimento econômico.

A proteção da indústria doméstica, mediante o uso de variados instrumentos de política comercial, constitui um dos pilares das estratégias de desenvolvimento baseadas na promoção das exportações.
- 13.(ACE-2008) Estratégias de desenvolvimento por meio da substituição de importações tendem a incluir um viés em favor do setor urbano industrial porque essas políticas, além de insular o setor industrial da concorrência internacional, contribuem também para reduzir o desemprego urbano, elevar os preços agrícolas e valorizar as taxas de câmbio.
- 14.(ACE – 2002) Os processos de industrialização por substituição de importações mostraram-se eficientes ao longo do século XX, como ilustra o desempenho dos chamados “Tigres Asiáticos”.
- 15.(ACE-2002) Entre as principais críticas aos instrumentos utilizados para proteger indústrias nascentes estão os argumentos que apontam algumas de suas implicações, a exemplo da dificuldade de se combinar as indústrias que devem receber proteção com o modelo de substituição de importações, a concordância das indústrias em dispensar a proteção recebida e seus efeitos deletérios sobre outras indústrias.
- 16.(ACE-2002-adaptada) Historicamente, os processos de industrialização por substituição de importações favoreceram o desenvolvimento tecnológico em escala global, já que as economias mais atrasadas alcançam condições para desenvolver indústrias que passarão a competir com as das economias desenvolvidas.
- 17.(ACE-2002) Aceitando-se que os processos de industrialização por substituição de importações podem ser bem-sucedidos, implicam a necessidade da opção, pela sociedade que os implementam, de financiar um setor econômico específico, uma vez que requeiram a imposição de políticas que distorcem, a um tempo, os fluxos comerciais e a alocação eficiente dos fatores de produção internos.
- 18.(AFRF-2000-adaptada) A Comissão Econômica para América Latina (CEPAL) teve um papel decisivo na criação da ALALC.
- 19.(AFRF – 2000-adaptada) Segundo a Comissão Econômica para América Latina (CEPAL), os países produtores de bens primários deveriam diversificar sua produção, deixando de ser produtores de monoculturas.



20. (AFRF – 2000-adaptada) Segundo a Comissão Econômica para América Latina (CEPAL), os países em desenvolvimento deveriam procurar exportar produtos manufaturados.
21. (AFRF-2000-adaptada) Segundo a teoria do desenvolvimento, que tem como um de seus maiores expoentes na América Latina o argentino Raúl Prébisch, os países subdesenvolvidos, pesadamente dependentes da produção e exportação de produtos primários, deveriam rejeitar a teoria das vantagens comparativas e industrializar-se a qualquer custo.
22. (AFRF – 2000- adaptada) Segundo a teoria do desenvolvimento, os países subdesenvolvidos e em desenvolvimento devem procurar manter a capacidade de produzir um único artigo, considerado estratégico, tal como combustível, café, armamento bélico etc., mesmo que tal atitude seja desinteressante em termos puramente econômicos.
23. (AFRF – 2000 – adaptada) Segundo Prébisch, devido à tendência secular de deterioração dos termos de intercâmbio dos produtos industriais que os países desenvolvidos exportavam e os bens primários que exportavam os países atrasados, a única solução a médio e longo prazos para estes últimos seria modificar sua inserção na economia mundial, produzindo localmente aqueles bens industriais que antes importavam, através de políticas que procurassem substituir essas importações, criando uma indústria nacional protegida pelo Estado.
24. (AFRF – 2000) O livre cambismo só beneficia os países em desenvolvimento, que apresentam uma pauta de exportações onde a maioria dos produtos possui demanda inelástica.



GABARITO

Gabarito

01	02	03	04	05	06	07
E	E	C	A	E	D	A
08	09	10	11	12	13	14
C	E	E	C	E	E	E
15	16	17	18	19	20	21
E	E	C	C	C	C	C
22	23	24				
E	C	E				



LISTA DE QUESTÕES

Barreiras tarifárias e não-tarifárias

1. (Questão Inédita) A medida *antidumping* é uma espécie de barreira tarifária.
2. (Questão Inédita) As tarifas *ad valorem* assumem a forma de valores impostos sobre uma determinada unidade de medida (Exemplo: R\$ 2,00 por quilo).
3. (Questão Inédita) Assinale a alternativa correta sobre barreiras tarifárias e não-tarifárias:
 - a) Os direitos *antidumping*, por representarem um adicional ao imposto de importação, são considerados barreiras tarifárias.
 - b) A concessão de subsídios à exportação pode, no longo prazo, trazer aumento de bem-estar a uma economia.
 - c) As barreiras técnicas e as medidas sanitárias são, muitas vezes, utilizadas como formas arbitrárias de restrição ao comércio internacional, passando, então, a constituir-se em práticas protecionistas disfarçadas.
 - d) As práticas arbitrárias de valoração aduaneira e as políticas de preços mínimos são autorizadas pela normativa da OMC quando destinadas a combater um surto de importações.
 - e) As restrições cambiais e as restrições quantitativas são admitidas pela normativa da OMC, salvo quando houver graves restrições no Balanço de Pagamentos.
4. (EMGEPRON - 2021) Um instrumento de política protecionista adotado pelos governos é a tarifa de importação, que tem como resultado:
 - a) o bloqueio do bem importado, propiciando a restrição de seu consumo e o aumento da produção doméstica, gerando receita para os governos
 - b) a elevação do preço do bem importado, propiciando a diminuição de seu consumo e o aumento da produção doméstica, gerando receita para os governos
 - c) a restrição da quantidade do bem importado, propiciando o aumento do seu preço e o aumento da produção doméstica, gerando despesa para os governos
 - d) o barateamento do preço do bem importado, propiciando o aumento de seu consumo e a diminuição da produção doméstica, gerando despesa para os governos
5. (Instituto Rio Branco – 2019) Acerca dos instrumentos de política comercial, julgue (C ou E) o item a seguir.

Do ponto de vista do governo, os efeitos da imposição de uma tarifa ou de uma cota de importação são equivalentes, uma vez que o resultado final de ambos os instrumentos de política comercial é a elevação dos preços internos do bem importado.
6. (TCE/RO – 2019) Com relação às barreiras comerciais, julgue os itens a seguir.



I Os subsídios são considerados barreiras comerciais tarifárias.

II As restrições quantitativas são proibidas pelas regras do comércio internacional, exceto em determinadas situações, como na adoção de medida emergencial para equilibrar o balanço de pagamentos.

III As medidas sanitárias e fitossanitárias podem ser aplicadas, segundo as regras de comércio internacional, para proteger a vida e a saúde animal ou vegetal de riscos resultantes da entrada, do estabelecimento ou da disseminação de pragas, doenças ou organismos causadores ou portadores de doenças.

- a) Apenas o item I está certo.
- b) Apenas o item II está certo.
- c) Apenas os itens I e III estão certos.
- d) Apenas os itens II e III estão certos.
- e) Todos os itens estão certos.

7. (SEDF – 2017) Com relação às políticas econômicas e aos seus instrumentos, julgue o item subsecutivo.

A elevação da alíquota do imposto sobre produtos industrializados (IPI) para os automóveis que não contassem com pelo menos 65% de insumos fabricados no Brasil, iniciada no ano de 2012, representou espécie de barreira comercial.

8. (ANCINE – 2013) Os acordos voluntários de restrição às exportações (AVRE) não são considerados barreiras ao comércio exterior, sendo incentivados pela OMC como alternativas às barreiras tarifárias.

9. (ACE-2012) Em relação aos subsídios às exportações, é correto afirmar que seus efeitos sobre os preços no mercado interno do país que os aplica são semelhantes aos de uma tarifa sobre as importações.

10.(ACE-2012) Em relação aos subsídios às exportações, é correto afirmar que produzem deterioração dos termos de troca ao elevar os preços no mercado interno e reduzi-los nos mercados de destino, o que é compensado pelo aumento da renda que provocam no mercado interno.

11.(ACE-2012) Em relação aos subsídios às exportações, é correto afirmar que possuem efeitos positivos em termos do bem-estar econômico geral de um país na medida em que contribuem diretamente para o crescimento e diversificação da atividade econômica e para o aumento do emprego e da renda nos setores exportadores.

12.(INMETRO – 2010) A globalização reforçou a ideia liberal dos mercados, o que faz diminuir gradativamente as barreiras tarifárias. Dessa forma, começam a proliferar barreiras não tarifárias e, entre estas, especialmente as barreiras técnicas se relacionam diretamente com o comércio exterior. Com referência a esse assunto, julgue o item a seguir.



As barreiras técnicas não podem ser consideradas como entraves comerciais, pois o seu principal objetivo é garantir o comércio de produtos de qualidade.

13.(INMETRO-2010) Acerca de tarifas sobre importações e subsídios às exportações, assinale a opção correta.

a) As tarifas sobre importações consistem em intervenções que os governos realizam para propiciar a distribuição de renda, a promoção de indústrias consideradas cruciais para a economia ou o balanço de pagamentos.

b) Os subsídios às exportações e as tarifas sobre as importações são quantias destinadas à equalização dos preços, por meio dos quais os bens são comercializados no país e no mercado mundial.

c) As mudanças nos preços geradas por tarifas sobre importações e subsídios às exportações afetam os termos de troca do país, mas não acometem os termos de troca do resto do mundo.

d) Os subsídios às exportações tornam mais lucrativa a venda no mercado externo, em relação ao mercado doméstico, excetuando-se a essa situação as circunstâncias em que o preço interno seja mais baixo, de modo que, por meio desse subsídio, seja aumentado o preço dos bens exportados no país.

e) A intensidade do impacto dos subsídios sobre as exportações e das tarifas de importação sobre os termos de troca relaciona-se diretamente ao desenvolvimento tecnológico do país que impõe a tarifa, de maneira que, caso o país seja uma grande potência tecnológica, não causará forte influência na oferta relativa mundial e na demanda relativa mundial e, portanto, não exercerá forte influência nos preços relativos.

14.(ACE-2002) Desde que ocorra, a proteção a indústrias nascentes atinge os resultados pretendidos a custos semelhantes, não importando muito se utiliza instrumentos tais como cotas, subsídios ou tarifas.

15.(ACE-2002) Subsídios a exportações podem produzir resultados positivos em uma economia nacional no curto prazo, por expandir as exportações líquidas, mas, no longo prazo, implicam distorções que dificultam a alocação eficiente de fatores de produção tanto internamente como, dependendo do tamanho da economia, em âmbito global.

16.(AFRF – 2000) É exemplo de prática restritiva adotada pelos governos a manutenção de barreiras à entrada no mercado de produto estrangeiro para proteger o produtor doméstico.

17.(AFRF-2000) Durante crise de encomendas à produção interna de determinado produto do país A, ameaçada pelo aumento desproporcional das importações similares dos países B e C, que subsidiam fortemente a produção e a exportação desse produto, as autoridades econômicas do país A, a fim de obterem uma redução imediata da quantidade do produto importado – bem conhecendo a preferência de seus consumidores pela oferta estrangeira e a inferior qualidade da mercadoria doméstica – deverão adotar como medida mais eficaz a seus propósitos:



- a) o contingenciamento dos produtos importados, fixando quotas ao produto para os países exportadores;
- b) a criação de subsídios à produção e à comercialização do produto manufaturado no país;
- c) o aumento da tarifa aduaneira nas posições referentes a esse produto, a fim de encarecer os importados, para benefício da indústria nacional;
- d) o aumento dos impostos de exportação, a fim de desestimular as exportações do produto doméstico para mercados tradicionais;
- e) o estímulo à preferência pelo produto nacional, mediante a promoção de sorteios de prêmios para seus consumidores.

18.(ACE-1997 - adaptada) Os Acordos Voluntários de Restrição às Exportações (AVRE's) têm como objetivo principal levar o país a equilibrar suas exportações, como em um sistema de compensações.



Gabarito

01	02	03	04	05	06	07	08
E	E	C	B	E	D	C	E
09	10	11	12	13	14	15	16
E	E	E	E	A	E	C	C
17	18						
A	E						



ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE: PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.



1

Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.



2

Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).



3

Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).



4

Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).



5

Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).



6

Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).



7

Concurseiro(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.



8

O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.



Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.